



BALANÇO GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

EXERCÍCIO DE 2015

Volume I

Relatório Técnico sobre
a Prestação de Contas

SECRETÁRIO DE FINANÇAS
Wagner Garcia de Freitas

SECRETÁRIO ADJUNTO FINANÇAS
Franco Maegaki Ono

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
José Carlos da Silveira

DIRETORIA CENTRAL DE CONTABILIDADE - DCC
Rosilene Locks Greco

DIRETORIA DE NORMAS E ACOMPANHAMENTO FISCAL - DNAF
Luísa Rocha Carvalho Bentes

DIRETORIA DE GESTÃO DE SISTEMAS CONTÁBEIS - DGSC
Marivaldo Vaz Rodrigues

ASSESSORES DO SUPERINTENDENTE
Ednaldo Gomes de Paiva Sodré
Francimary Sena da Silva
Raicilene Souza de Oliveira

ASSESSORES DAS DIRETORIAS
Armando Paz Mendonça
David Humberto Reyes Ortiz de La Vega
Francisco Lopes de Paiva Filho
Sebastião Ramires
Luiz Alberto Rodrigues
Fábio Heleno Costa

ÁREAS ENVOLVIDAS
Gerência de Controle da Dívida Pública - GCDP
Gerência de Controle de Contas Banc. do Tesouro - GCBT
Gerência de Administração e Finanças - GAF
Gerência Geral de Finanças - GGF
Coordenadoria da Receita Estadual – CRE

FOTOS: Sites do Governo do Estado de RO

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO BALANÇO GERAL

Armando Paz Mendonça
Daniele Raiane Ribeiro da Silva
Ednaldo Gomes de Paiva Sodré
Emiliano de Sousa Marinho Filho
Francimary Sena da Silva
Héverton Almeida de Andrade
José Carlos da Silveira
Laila Rodrigues Rocha
Luana Luiza Gonçalves de Abreu
Luísa Rocha Carvalho Bentes
Rosilene Locks Greco
Sebastião Ramires

EQUIPE DE SUPORTE OPERACIONAL

Ana Rita de Oliveira Ferreira Silva
Aparecida Ferreira Queiroz Matos
Carlos Henrique de Jesus Lobato de Souza
Cely Oliveira de Lima
Daniele Raiane Ribeiro da Silva
Henderson Acosta Bragança
João Henrique Lima
Jonas Santos Oliveira
Manoel Ribeiro de Queiroz
Maria Araújo Torres
Maria do Socorro Pereira Ribeiro da Mota
Maria Luiza Lopes Costa
Orlando Vieira da Costa
Silas Pinho Ladislau
Vaste Julien

INFORMAÇÕES
contabilidade@sefin.ro.gov.br
Fones 69 3216-5096/3223-4141



ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
Superintendência de Contabilidade
Centro Político Administrativo
Farquhar, s/n, Curvo III, 6º Andar
Porto Velho – RO
CEP: 76.803-470

Apresentação

Este Balanço demonstra os resultados contábeis do Estado de Rondônia no exercício de 2015 e constitui a prestação de contas do primeiro ano do segundo mandato do Excelentíssimo Governador, Sr. Confúcio Aires Moura, à Assembleia Legislativa.

Dentre as atribuições privativas do Governador do Estado está a obrigatoriedade de prestar contas anualmente, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, em cumprimento ao art. 65, inciso XIV, da Constituição Estadual.

A responsabilidade pela elaboração do Balanço Geral é da Superintendência de Contabilidade da Secretaria de Estado de Finanças, núcleo técnico do órgão central do Sistema de Contabilidade do Poder Executivo Estadual.

As informações que integram o Balanço Geral do Estado foram extraídas do Sistema Integrado de Administração para Estados e Municípios – SIAFEM e contemplam os dados contábeis consolidados de todos os Poderes e órgãos da Administração Pública Estadual integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em obediência ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A consistência e a veracidade dos dados informados nesta consolidação de contas são de responsabilidade dos gestores de cada unidade administrativa estadual, dado que a aplicação dos recursos e os registros contábeis são executados sob sua administração.

Visando alcançar vários segmentos da sociedade e, por conseguinte, proporcionar maior transparência na elaboração do Balanço, procurou-se utilizar uma linguagem simples e didática, com o uso de análises gráficas, tabelas e demonstrativos, contendo informações comparativas, horizontais e verticais, bem como percentuais.

Para facilitar a visualização das informações, o Balanço Geral do Estado foi dividido nos seguintes volumes:

VOLUME 1
*Relatório Técnico sobre a
Prestação de Contas do
Exercício de 2014*

Apresenta os aspectos social, econômico, administrativo e financeiro do Estado de Rondônia, o Balanço Patrimonial, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as notas explicativas, bem como os indicadores para análise das demonstrações contábeis. As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho, procurando ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

VOLUME 2
*Demonstrativos do
Balanço Geral do Estado*

Apresenta os anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pelas demais normas legais, os encaminhamentos das audiências públicas e o Relatório de Desempenho da Arrecadação.

O Balanço Geral foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar nº 101/2000 e das Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, as quais regulam e normatizam a remessa de informações e de demonstrativos contábeis à egrégia Corte de Contas.

Insta esclarecer que o Relatório da Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão sobre as atividades desenvolvidas no período e o Relatório da Controladoria Geral do Estado seguem com a prestação de contas em volumes separados deste Balanço Geral.

Além da legislação vigente, a Superintendência de Contabilidade preocupou-se em acompanhar e atender os normativos que estão sendo editados, principalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, quanto aos procedimentos, às práticas, à elaboração e à divulgação das demonstrações contábeis, para torná-los convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Nesse sentido, cabe destacar a participação durante o ano de 2015 dos servidores da Superintendência e voluntários que compõem o Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis – GTCON/RO. Este reúne servidores das diversas unidades gestoras visando a implementação das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, bem como o intercâmbio de experiências nas áreas de gestão fiscal, execução orçamentária e financeira, sistemas de informação, padronização contábil e consolidação de contas públicas.

Vale ressaltar que a Superintendência de Contabilidade Geral vem implementando de forma gradativa as referidas normas e os reflexos da convergência podem ser observados no Balanço Geral do Estado de 2015, em especial no Volume I, com destaque à implementação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, que se deu desde janeiro de 2013, atendendo de forma antecipada à Portaria nº 828/11 da Secretaria do Tesouro Nacional, que determinava aos Entes da Federação a adoção do novo PCASP para o ano de 2014.

Procurando facilitar a visualização, a compreensão e o controle da gestão fiscal, também foram disponibilizados indicadores com análises gráficas das receitas e despesas, o que possibilita a interatividade e a comparabilidade das informações.

Com vistas a assegurar uma gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e a sua divulgação, o Balanço Geral do Estado de 2015 estará disponível, na íntegra, no Portal da Transparência (www.transparencia.ro.gov.br).

Os volumes impressos estarão disponíveis na Superintendência de Contabilidade da Secretaria de Finanças e em outras instituições públicas, de forma que a sociedade brasileira possa exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização das receitas e despesas públicas, realizando o controle social sobre as Contas do Governo.

A equipe da Superintendência de Contabilidade está à disposição da sociedade para prestar os esclarecimentos necessários a uma melhor compreensão dos resultados alcançados pelo Estado de Rondônia no exercício de 2015.

Superintendência de Contabilidade

2015 Estado de Rondônia
Balço Geral

Volume 1 *RELATÓRIO TÉCNICO
SOBRE A PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO EXERCÍCIO
2015*

▶ RONDÔNIA	
ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS, ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS	07
O Estado	07
Aspectos Sociais	09
Aspectos Econômicos	18
Aspectos Administrativos	21
Aspectos Financeiros	23
Aspectos Fiscais	26
▶ DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	30
Balço Patrimonial	32
Balço Orçamentário – Receitas	37
Balço Orçamentário – Despesas	39
Balço Financeiro	43
Demonstração das Variações Patrimoniais	45
Demonstrativo de Fluxo de Caixa	48
Demonstrativo da Dívida Flutuante	51
▶ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	53
1 Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis	54
2 Resumo das principais Práticas Contábeis	55
3 Precatórios	57
4 Transferências Para os Municípios	58
5 Provisões Matemáticas Previdenciárias	58
6 Deduções da Receita Corrente	59
7 Dívida Ativa	59
8 Demonstrativo de Fluxo de Caixa	59
9 Balço Patrimonial	60
10 Balço Financeiro	60
11 Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar	60
12 Balço Orçamentária	61
13 Metodologia de Cálculo de Despesas com Pessoal	61
14 FUNDEB	61
▶ ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	62
1 Indicadores do Balço Patrimonial	65
2 Indicadores da Execução Orçamentária	66
3 Indicadores do Balço Financeiro	68
4 Indicador das Variações Patrimoniais	69
▶ INDICADORES DE GESTÃO	70
Receita Bruta	71
Receita Tributária – Arrecadação de Tributos Estaduais	72
Receita Tributária - Comportamento da Arrecadação do ICMS	73

Transferências Recebidas	74
Evolução das Despesas com Pessoal – Consolidado	75
Gasto com Pessoal Sem Encargos – Poderes	76
Gasto com Pessoal – Servidores Ativos – Poder Executivo	77
Pagamento da Dívida Pública	78
Despesas por Grupo de Natureza – Consolidado	79
Educação e Saúde	80
Orçamento Autorizado, Receita Realizada e Despesa Executada	81
▶ CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
▶ LEGISLAÇÃO BÁSICA	84

O Estado

Para compreender a grandeza dos números que serão demonstrados é recomendável, primeiramente e de forma sucinta, ter uma visão geral do Estado, seu território, sua história, seus habitantes e sua cultura.

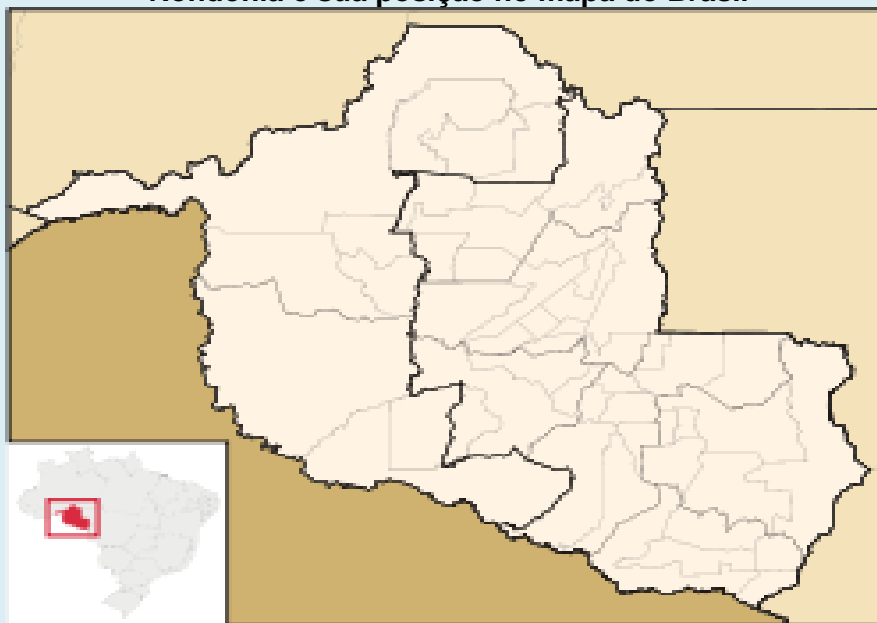


RONDÔNIA está situado na região Norte do Brasil, fazendo fronteira com o Estado do Mato Grosso a leste, Acre a oeste, Amazonas ao Norte e República da Bolívia ao Sul.

O Estado de Rondônia possui a área de 237.590,547 quilômetros quadrados, o equivalente ao território da Romênia e quase cinco vezes maior que a Croácia. É formado por 52 municípios, dispostos conforme o mapa

apresentado abaixo.

Rondônia e sua posição no mapa do Brasil



Sua população estimada para 2015 era de 1.768.204 pessoas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A capital e município mais populoso é Porto Velho.

Rondônia tem como principais cidades Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Jaru, Rolim de Moura e Vilhena.

Município	População	Área territorial (km ²)	Densidade Demográfica (hab/km ²)
Ariquemes	104.401	4.426,57	23,59
Cacoal	87.226	3.792,80	23,00
Guajará Mirim	46.632	24.855,72	1,88
Jaru	55.738	2.944,13	18,93
Ji-Paraná	130.419	6.896,74	18,91
Porto Velho	502.748	34.096,39	14,74
Rolim de Moura	56.242	1.457,89	38,58
Vilhena	91.801	11.518,94	7,97

◀ Densidade Demográfica, estimativa populacional para 2015
Fonte: IBGE

A densidade demográfica do Estado é de 7,44 habitantes por quilômetro quadrado. Rolim de Moura se destaca como o município de maior densidade demográfica.

Mesmo considerado um Estado jovem, criado em 1982, figura como o terceiro estado mais rico da região Norte, responsável por 11,7% do PIB da região.

É ainda o terceiro melhor no Índice de Desenvolvimento Humano, o segundo maior PIB per capita, a segunda menor taxa de mortalidade infantil e a terceira menor taxa de analfabetismo entre todos os estados das regiões Norte e Nordeste do país, além da segunda maior teledensidade do Brasil.

Rondônia registra a menor incidência de pobreza, o melhor desempenho na avaliação do PISA 2009, entre todos os estados das regiões Norte e Nordeste, a quarta melhor distribuição de renda de todo o Brasil e o melhor fora da Região Sul do país.

No sítio do Estado de Rondônia, <http://www.ro.gov.br>, são encontrados dados mais abrangentes sobre a geografia, a história, a colonização, o povo, a cultura e os seus atrativos turísticos.



► Saúde

Em 2015, foram aplicados R\$ 710 milhões na melhoria da estrutura física e manutenção da rede pública estadual de saúde (R\$ 637 milhões em 2014), o que corresponde a um acréscimo de 11,35% em relação ao ano anterior, proporcionando mais conforto e qualidade à população rondoniense.

Foram gastos, no mesmo período R\$ 486 milhões com a folha de pagamento dos servidores da saúde, apresentando variação positiva de 5,25% em relação ao ano anterior (R\$ 459 milhões em 2014).

No comparativo, entre os recursos aplicados na Saúde e os investimentos desta, de 2014 e 2015, verifica-se que enquanto estes cresceram 26,98%, aqueles apresentaram variação positiva de 11,35%, conforme tabela a seguir.

Saúde	2014	2015	Varição	◀ Evolução da Aplicação x Investimento da Educação. Fonte: SESAU/RO.
Aplicação	637.442.200,60	709.808.970,50	11,35%	
Investimentos	414.529.726,87	526.368.191,65	26,98%	
Investimentos/Aplicação	65,03%	74,16%	14,03%	

A saúde pública tem sido a grande prioridade para o Governo do Estado desde 2011 e os investimentos demonstram a preocupação da atual gestão no setor, pois os mesmos têm reflexo direto na contínua melhoria da estrutura disposta aos usuários destes serviços públicos. Como resultado, o Estado de Rondônia encontra-se entre os três estados com menor taxa de mortalidade entre pacientes do SUS, segundo o DATASUS.

Uma das ações prioritárias foi o aumento na oferta de leitos, que resultou no incremento de 39,94% entre o período de 2010 a 2015. Neste aspecto, Rondônia destaca-se como um dos poucos estados a apresentar crescimento no número de leitos.

Número de Leitos por unidade, 2010 e 2015. Fonte: SESAU/2015. Obs.: (*) Serviço inaugurado em maio de 2013	UNIDADE HOSPITALAR	NÚMERO DE LEITOS		
		2010	2015	% de Cresc.
	Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro	459	583	27,02
	Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II	137	152	10,92
	Assistência Médica Intensiva - AMI (Leitos TI)*	-	35	100
	Centro de Medicina Tropical de Rondônia-CEMETRON	92	99	7,61
	Hospital Infantil Cosme e Damião	59	136	130,51
	Hospital Regional de Extrema	30	33	7
	Hospital Regional de Cacoal	162	169	4,32%
	HUERC – Cacoal	-	82	100
	Hospital Regional de Buritis	30	32	7%
	Hospital Regional de São Francisco	-	35	100%
	Total	969	1.356	39,94%

Em recente pesquisa realizada nas unidades estaduais integradas ao programa de melhoria da qualidade no atendimento e na humanização, evidenciou-se alto grau de satisfação dos pacientes com o atendimento.

Ressalte-se que o Hospital do Câncer, inaugurado nesta gestão, em parceria com a Fundação Pio XII, tem contribuído para uma significativa redução de custos no Programa de Tratamento Fora de Domicílio (TFD).



A Secretaria responsável pelo gerenciamento dos serviços de alta densidade tecnológica em saúde no Estado é a SESAU, a quem compete, também, a cooperação técnica e financeira para o aperfeiçoamento da gestão compartilhada.

A gestão compartilhada é ferramenta que tornou possível identificar as prioridades em investimentos, com foco no atendimento ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS).

O novo momento dos serviços de saúde é creditado aos investimentos expressos inclusive com a implantação do Sistema de Atendimento Médico Domiciliar (SAMD) e de 35 leitos por intermédio do serviço 24 horas do programa de Assistência Médica Intensiva.

Com investimento de R\$ 1,8 milhão de compensação do Consórcio Santo Antônio Energia, o Estado está equipando e preparando o Hospital de Base para torná-lo a maior unidade de saúde da Região Norte em atendimento de alta complexidade.

O Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro é uma unidade hospitalar de grande porte, com 583 leitos, distribuídos em 17 clínicas. Este realiza atendimento em regime de internação, por demanda espontânea e referenciada em 32 especialidades.

A preocupação do Governo em melhorar ainda mais o atendimento da saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) é constante: construção e ampliação de hospitais, aquisição de equipamentos de última geração, contratação de profissionais capacitados para atender a demanda da população do Estado.

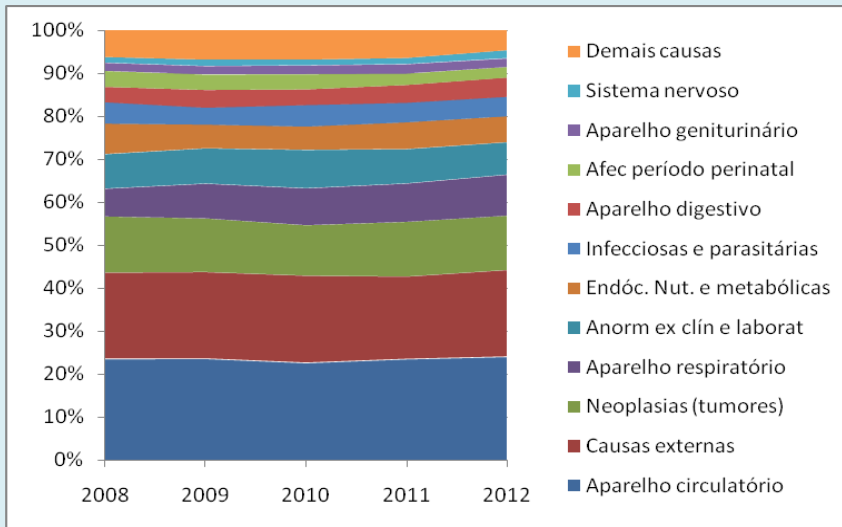
O fluxo de pessoas procurando por atendimento no HB é grande. Diariamente são atendidos 50 novos pacientes. Atualmente, este conta com 10 salas cirúrgicas, onde se realizam 670 procedimentos por mês, tais como, oncológicos, joelho, coluna, ginecológicos, histerectomias, transplantes, medicina nuclear entre outros.

Dados parciais revelam acréscimo significativo na capacidade de internações em 2013 em relação a 2012, conforme quadro a seguir.

Número de internações por unidade, 2012 e 2013.
 Fonte: SESAU/2013. Dados Parciais
 Obs.: (*) Serviço inaugurado em maio de 2013

UNIDADE HOSPITALAR	NÚMERO DE INTERNAÇÕES	
	2012	2013
Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro	15016	19424
Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo II	10.010	11.996
Assistência Médica Intensiva - AMI (Leitos UTI) *	-	185
Centro de Medicina Tropical de Rondônia-CEMETRON	2.173	2.125
Hospital Infantil Cosme e Damião	3.439	4.803
Hospital Regional de Cacoal	3.477	5.376
Total	34.115	43.909

Analisando o perfil de mortalidade no estado, nota-se que as doenças do aparelho circulatório constituem a primeira causa de mortalidade no estado, seguida das causas externas, do aparelho respiratório e das neoplasias, conforme demonstrado no gráfico a seguir.



Mortalidade Proporcional, Rondônia 2008 a 2012.

Fonte: SIM/Datasus. Dados acessados em 04.02.15



► Educação

Em 2015, foram aplicados aproximadamente R\$ 1,183 bilhão (despesas de custeio e investimentos) na melhoria da estrutura física e manutenção da rede pública estadual de ensino, proporcionando mais conforto e qualidade de ensino aos mais de 228 mil alunos que estudam nas 439 escolas da rede pública estadual de ensino.



Entrega da Quadra Poliesportiva da Escola Estadual de Ensino Fundamental Jorge Vicente Salazar dos Santos em Porto Velho/RO.

Entre as principais ações do período, destacam-se:

- ✓ Construção de 02 escolas, sendo 01 em Porto Velho e 01 em Ji-Paraná;
- ✓ Construção de 10 quadras poliesportivas e 8 coberturas de quadras.
- ✓ 196 escolas com reparos, reforma, manutenção e ampliação;



Novo Refeitório da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade – Rolim de Moura/RO



- ✓ Construção de 19 Escolas indígenas;
- ✓ Atendimento a 1.371 professores indígenas, pelo Projeto Açáí (Formação inicial);
- ✓ Atendimento a 392 escolas e 154.964 estudantes, por meio do Programa Saúde na Escola.



Nova turma de professores indígenas – Projeto Açai



Médica Oftalmologista examina aluno de escola de Porto Velho - Programa Saúde na Escola

- ✓ Aquisição de 3.787 unidades de tablet 7" e aquisição de 1.711 unidades de tablet 10" para o projeto Aluno Digital
- ✓ Aquisição de 571 laptop para o programa UM computador por aluno, atendendo duas escolas, uma em Itapuã d'Oeste e outra em Guajará-Mirim;



Alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Murilo Braga, uma das escolas beneficiadas com o Projeto Aluno Digital.



INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ABAITARÁ

Criado em Outubro de 2013, o Instituto Estadual de Educação Rural Abaitará já é referência no Estado de Rondônia, possuindo uma grade curricular diferenciada para os alunos que o frequentam, com ênfase nas atividades desenvolvidas no campo, conciliadas às principais disciplinas do Ensino Médio.

O Instituto Abaitará, localizado no Km 32 do município de Pimenta Bueno, tem a função de qualificar o jovem no campo, sendo, certamente, um dos grandes feitos da atual gestão.

Os 150 alunos atendidos pelo projeto moram na escola, uma vez que o ensino é em tempo integral, e desenvolvem atividades típicas do campo como o preparo da terra e a colheita das hortaliças, tudo sob orientação do professor e coordenador de campo, além da piscicultura e a fruticultura.

O leite utilizado na alimentação dos alunos é produzido no próprio Instituto oriundos da reprodução de 18 vacas e 01 touro adquiridos recentemente por meio de leilão eletrônico.



No exercício de 2015 foram investidos cerca de R\$ 4 milhões na infraestrutura do Instituto de Educação Rural Abaitará, onde foram entregues:

- ✓ Uma Quadra Poliesportiva;
- ✓ Cinco salas de aula climatizadas;
- ✓ Três alojamentos, com uma lavanderia cada, com capacidade para atender 36 alunos;
- ✓ Um laboratório de informática;
- ✓ Um aviário, uma pocilga e um curral.



Entrega das novas instalações do Instituto de Educação Rural Abaitará – a 32 km de Pimenta Bueno/RO



► Infraestrutura

Em 2015, o governo estadual manteve investimentos em obras de asfaltamento e restauração de rodovias asfaltadas, bem como para a manutenção de toda a malha viária estadual não pavimentada (estradas de chão), com o Projeto Estradão.



Destaque-se, ainda, o apoio que o governo estadual prestou aos municípios, com asfaltamento de ruas e a recuperação de estradas de chão, por meio dos projetos Corujão e Mão Amiga.

Com o Projeto Mão Amiga, o Governo disponibiliza para as prefeituras, uma patrulha mecanizada, com toda a equipe de servidores do DER, para recuperação das estradas de responsabilidade das prefeituras.

Foram recuperados 6.806 km em 12 Municípios

- Governador Jorge Teixeira (recuperados 600 km de estradas)
- Guajará-Mirim (recuperados 600 km de estradas)
- Nova Mamoré (recuperados 600 km de estradas)
- Vale do Anari (recuperados 1.050 de estradas)
- Tarilândia (Jaru, recuperados 450 km de estradas)
- Distritos de Jacinópolis (Nova Mamoré), Rio Pardo e Marco Azul (Porto Velho) recuperados 400 km de estradas)
- Cerejeiras (recuperados 400 km de estradas)
- Corumbiara (recuperados 800 km)
- São Francisco do Guaporé 600 km - Seringueiras – recuperados 800 km de estradas
- Campo Novo – 506 km recuperados.



► Turismo

Rondônia é o segundo Estado mais jovem do Brasil. Graças às suas manifestações culturais e belezas naturais, se tornou também um grande atrativo para o turismo brasileiro, em especial, para o ecoturismo. Rica em fauna e flora, a região encanta os visitantes que apreciam visitas a patrimônios históricos ou aventuras mais radicais.

De trekkings pela Floresta Amazônica ou no pantanal rondoniense a mergulhos e rapel, a região, que foi palco da série Global “Mad Maria”, é um cenário abençoado pela natureza.

Em apresentação, o Estado divide-se em dois pólos turísticos: Porto Velho e Guajará Mirim.

O Pólo Turístico de Porto Velho é o ideal para quem busca, num passeio, desfrutar desde um turismo histórico-cultural até a pesca e o ecoturismo em bases comunitárias. Em termos de aventura, as corredeiras do Rio Machado são especiais para a prática do rafting - níveis II a V, da canoagem e do bóia-cross.

O rio também é próprio para a pesca esportiva e possui boas opções de pousadas para hospedagens integradas à natureza. A descida pelas corredeiras do rio é o grande atrativo em função da beleza do local, aliada à emoção do percurso cheio de corredeiras. Ressalte-se, ainda, o Último Tombo do Rio Machado, cachoeira visitada diariamente por turistas de todo o mundo.

O Pólo Guajará Mirim destaca-se pela pesca esportiva no Rio Mamoré e nos seus afluentes, pelas trilhas dentro da Floresta Amazônica, pelas visitas a comunidades caboclas e indígenas e pela visita à Bolívia para compras e hospedagem integrada à natureza.

Com sua beleza única, em função da fauna e da flora, é possível fazer um rapel de 120 metros num paredão na cordilheira dos Pacaás Novos, até o rio que leva o mesmo nome, lugar ideal para um mergulho em meio aos peixes da região.



► Qualidade de Vida

Uma das características marcantes da atual gestão está na qualidade de vida.



Neste aspecto, destaca-se o Plano Futuro, com investimento de R\$ 1 bilhão pelo Governo de Rondônia, destinado a mais de 300 mil rondonienses que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, incluindo as famílias moradoras da região do Vale do Guaporé e as famílias extrativistas das reservas. O programa vai executar diversos projetos que contemplam ações de transferência de renda, acesso aos serviços públicos, inclusão produtiva e tecnológica, além do reforço a programas de enfrentamento à violência e à exploração sexual, à prevenção e ao combate do uso de drogas e à erradicação do trabalho infantil.

Os principais programas e ações do Plano Futuro são:

Bolsa Futuro - Parceria do Governo do Estado, por meio da SEAS, com o Ministério do Desenvolvimento Social, visando erradicar a extrema pobreza no estado de Rondônia por meio da transferência de renda, elevando a renda de mais de 35 mil famílias que vivem hoje com menos de R\$ 70,00 *per capita*/mês. Através desta iniciativa, o Governo do Estado vai complementar a renda do beneficiário do Programa Bolsa Família com valores que variam de R\$ 30,00 (trinta reais) a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). São beneficiários aqueles que, mesmo após receberem o benefício do Bolsa Família, continuam na linha da extrema pobreza.



Bolsa Futuro Jovem - Uma parceria da SEAS com a SEDUC e com a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de elevar o nível de escolaridade da população rondoniense. Manter sistema educacional regular aos jovens de 15 a 21 anos para concluírem o Ensino Médio, concedendo bolsas que serão depositadas anualmente em conta-poupança (R\$ 1.800,00 ao final de 3 anos), ao aluno beneficiário devidamente aprovado no ano letivo, como incentivo financeiro para as populações vulneráveis às drogas e à criminalidade, atendendo prioritariamente ao público extremamente pobre.

Morada Nova - Programa destinado tanto para a construção de casas populares, em parceria com o Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, como para a construção de casas populares na áreas urbana e rural. A meta é superar as 5.359 unidades destinadas para Rondônia nos três anos de execução.



Outros destaques são: os Restaurantes Comunitários, a Nota Legal Rondoniense e o Morada Legal.



Aspectos Econômicos

A economia do estado de Rondônia tem como principais atividades a agricultura, a pecuária, a indústria alimentícia e o extrativismo vegetal e mineral.

Na última divulgação do PIB dos Estados pelo IBGE, o de 2011, Rondônia registrou a importância de R\$ 27,8 bilhões, um crescimento de 18,3% em relação ao ano anterior, enquanto que o nacional foi de apenas 2,7%.

Sua participação no PIB brasileiro passou para 0,67% e de 12,45% da Região Norte em 2011.

Região/Unidade Federada	PIB (1.000.000 R\$)	PIB per capita (R\$)	◀ PIB dos Estados em 2011 Fonte: IBGE
Brasil	4.143.013	21.535,65	
Norte	223.538	13.888,49	
Rondônia	27.839	17.659,33	
Acre	8.794	11.782,59	
Amazonas	64.555	18.244,30	
Roraima	6.951	15.105,86	
Pará	88.371	11.493,73	
Amapá	9.968	13.105,24	
Tocantins	18.059	12.891,19	
Nordeste	555.325	10.379,55	
Sudeste	2.295.690	28.350,39	
Sul	672.049	24.382,79	
Centro-Oeste	396.411	27.829,64	

Quanto ao PIB per capita, Rondônia está na vigésima primeira colocação do País, com R\$ 17.659 em valor, ocupando, ainda, a segunda colocação na Região Norte, perdendo apenas para o Estado do Amazonas.

Em relação à exportação, em 2015, Rondônia apresentou um decréscimo de 9%, em relação ao exercício anterior, conforme quadro a seguir.

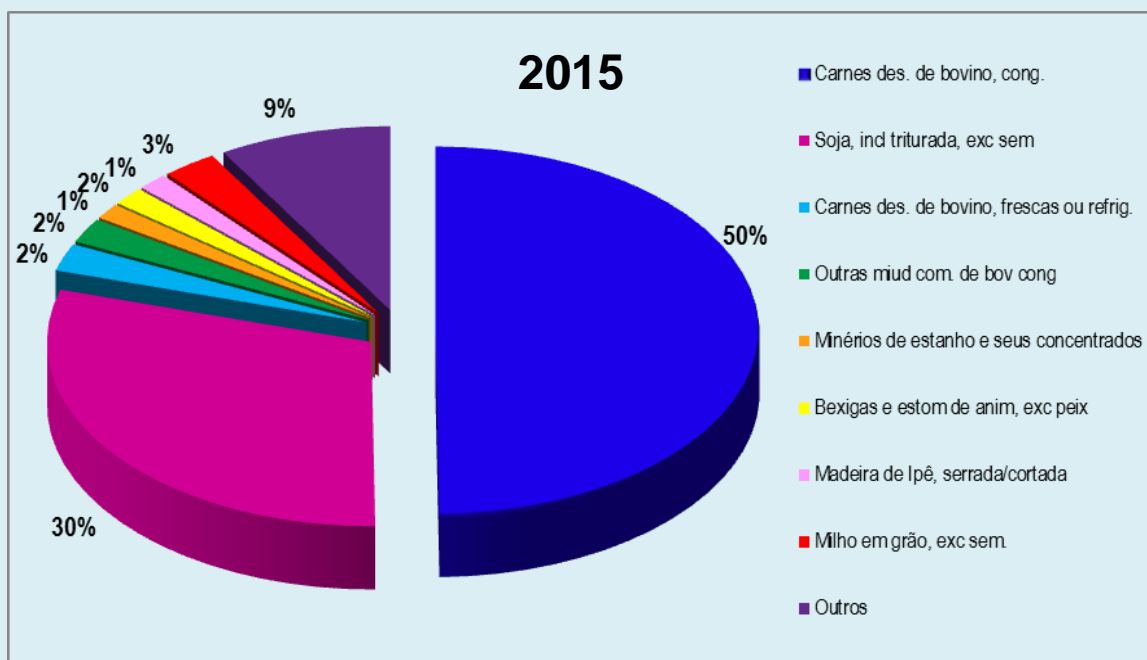
▶ Exportação Brasileira - Rondônia, 2014 e 2015

Fonte: MDICE.

Produtos Exportados de Rondônia	2014 US\$	Δ%	2015 US\$
1º Carnes des. de bovino, cong.	548.775.900	-11%	489.363.981
2º Soja, incl triturada, exc sem	314.031.258	-7%	292.576.923
3º Carnes des. de bovino, frescas ou refrig.	15.504.405	53%	23.686.697
4º Outras miud com. de bov cong	20.855.104	3%	21.395.476
5º Minérios de estanho e seus concentrados	20.803.698	-35%	13.533.474
6º Bexigas e estom de anim, exc peix	18.315.570	-13%	15.908.153
7º Madeira de Ipê, serrada/cortada	17.962.208	-18%	14.784.742
8º Milho em grão, exc sem.	16.347.466	63%	26.709.205
--- Outros	109.935.468	-23%	84.557.750
Total	1.082.531.077	-9%	982.516.401

Da pauta de exportação, destaca-se a carne bovina e seus miúdos, soja e minérios de estanho bruto e seus concentrados.

O gráfico a seguir demonstra a participação dos principais produtos exportados por Rondônia em 2015.



▲ **Principais Produtos Exportados, Rondônia, 2015.**

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.

► **Produção de Rondônia em Destaque**

Rondônia desponta no cenário nacional por ser o primeiro a receber a licença do IBAMA para criação de pirarucu em cativeiro.

Já figura como o maior produtor de tambaqui em cativeiro no país, crescendo cerca de 300% nos últimos anos, em resposta à política de fortalecimento da cadeia produtiva de peixes.

A produção era de cerca de 10 mil toneladas e a meta para o próximo ano é a de que o Estado passe de 80 mil toneladas de pescado por ano.



Sobreleva-se dizer, ainda, que Rondônia registra:

- ✓ a abertura de mais de 13 mil novas empresas por ano;
- ✓ ser o 5º maior exportador de carne do país;
- ✓ deter o 7º maior rebanho de corte;

- ✓ setor industrial em fase de expansão;
- ✓ ocupar a 3ª posição na Região Norte em produção de grão, sendo o 1º de café e feijão, 2º de soja, milho e cacau, 3º de arroz e banana e o 4º de mandioca;
- ✓ reestruturação, capacitação de empreendedores e certificação de mais de 450 agroindústrias familiares; deter o maior índice da Região Norte de regularização rural.



Aspectos Administrativos

► AGIR

No âmbito administrativo, insta enaltecer o trabalho das Agendas Integradas de Resultados – AGIR empreendido pela Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos, mantendo a Governadoria em constante monitoramento dos projetos prioritários de governo, nas áreas de: educação; saúde e saneamento; defesa e prevenção social; assistência social; emprego e renda; negócio; sustentabilidade; e gestão pública. Norteadas pelo Planejamento Estratégico (PE) do Governo do Estado de Rondônia, as AGIRs observam os seguintes objetivos:

- 1) Monitorar sistematicamente o alcance das metas e andamento dos projetos e ações prioritárias de forma proativa;
- 2) Identificar eventuais gargalos de processos que possam impactar nos resultados;
- 3) Focar na resolução de problemas críticos;
- 4) Subsidiar o Governador e Secretários na tomada de decisão.

A AGIR é composta de dois tipos de reuniões organizadas pelo Escritório de Gerenciamento de Programas e Projetos – EGPP/SEAE:

- a) Reuniões de Assessoramento – com os gerentes e técnicos envolvidos com os projetos prioritários, a fim de sanar dúvidas acerca da alimentação do Sistema de Gerenciamento de Programas e Projetos (SGPP) e demais esclarecimentos sobre os projetos.
- b) Reuniões de Monitoramento – com o Governador do Estado, os gerentes dos projetos prioritários e os respectivos Secretários.

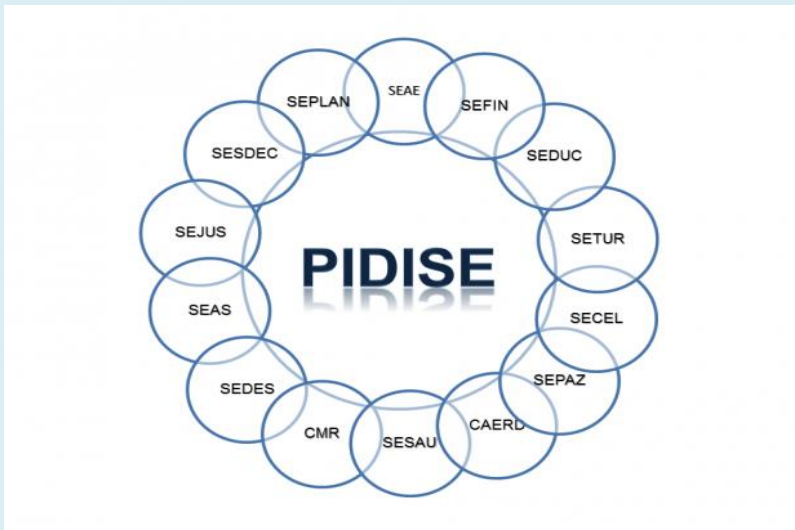
► PIDISE

O Programa Integrado de Desenvolvimento e Inclusão Socioeconômica do Estado de Rondônia – PIDISE tem por objetivo aumentar a capacidade de investimentos do Estado nas áreas consideradas estratégicas, principalmente saúde, educação, segurança pública e gestão, além de atuar como instrumento de integração entre os órgãos do setor público e privado.

Os recursos financeiros tomados pelo governo do Estado somam o valor de R\$ 450.843.366,00, oriundos do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES para aplicação nas diretrizes abaixo:



Componentes beneficiados pelo PIDISE.



Secretarias envolvidas no processo.



Aspectos Financeiros

Conforme o Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei 4.320/64), em 2015, a receita do Estado de Rondônia totalizou R\$ 6,409 bilhões. Em 2014, a receita total foi de R\$ 6,959 bilhões, entretanto, à época, as transferências constitucionais ainda compunham as receitas e despesas orçamentárias (R\$ 872 milhões). Assim, deduzindo-se as transferências aos municípios dos valores registrados em 2014, atinge-se o montante R\$ 6,086 bilhões, para efeito de comparabilidade entre os exercícios, observando-se o crescimento da receita total de 5,31% em 2015.

No quadro abaixo é possível observar a variação da receita, utilizando-se a mesma metodologia para os exercícios em comparação, ou seja, detalhando-se as deduções constitucionais.

Receita	2014		Variação	2015	
Receitas Correntes	6.868.267.516,69	99%	6,0%	7.279.579.961,42	99%
Receita Tributária	3.505.169.123,85	50%	5,6%	3.701.070.043,32	50%
ICMS	2.992.856.239,91	43%	5,2%	3.147.280.165,95	43%
IRRF	207.598.012,29	3%	17,1%	243.026.551,54	3%
IPVA	210.274.304,14	3%	7,4%	225.928.840,49	3%
Taxas	87.833.148,40	1%	-14,2%	75.394.424,43	1%
Demais Receitas Tributárias	6.607.419,11	0%	42,9%	9.440.060,91	0%
Transferências Correntes	3.060.421.602,08	44%	5,0%	3.214.288.607,37	44%
FPE	2.044.342.327,40	29%	5,2%	2.150.615.035,41	29%
IPI	13.866.184,67	0%	23,7%	17.156.430,69	0%
Demais Transf. Correntes	1.002.213.090,01	14%	4,4%	1.046.517.141,27	14%
Demais Receitas Correntes	1.192.162.660,22	17%	9,3%	1.303.058.321,26	18%
Deduções FUNDEB	-889.485.869,46	-13%	5,5%	-938.837.010,53	-13%
Receitas de Capital	90.548.964,85	1%	-38,8%	55.460.206,21	1%
Receita Arrecadada Total	6.958.816.481,54	100%	5,4%	7.335.040.167,63	100%
Deduções Municípios	-872.411.909,00	-13%	6,1%	-925.634.131,27	-13%
Receita Arrecadada	6.086.404.572,54	100%	5,3%	6.409.406.036,36	100%

As receitas tributárias representaram 50,46% do total arrecadado em 2015 e são divididas, para fins de evidenciação, em arrecadação própria e participação nas receitas da União. A arrecadação própria é formada pelos seguintes tributos: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transportes Interestaduais e Municipais e de Comunicação - ICMS, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto sobre Transmissões Causa Mortis e Doações - ITCD e Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF e Taxas, incluídos os juros, as multas e dívida ativa. A participação nas receitas da União refere-se aos tributos arrecadados diretamente pelo Governo Federal, definidos em legislação como pertencentes ao Estado, quais sejam, a Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados – FPE, a Cota Parte do IPI Exportação e a Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE.

Das receitas arrecadadas, destaca-se o ICMS, a maior fonte de receita do Estado, que apresentou em 2015 o crescimento de 5,2% em relação ao ano de 2014. Entre os demais tributos, no mesmo período, apenas as taxas apresentaram decréscimo (-14,2%), enquanto que o IRRF, IPVA e os demais tributos apresentaram acréscimo de 17,1%, 7,4% e 42,9%, respectivamente.

Outra fonte importante de receita do Estado são as participações nas receitas da União. O FPE registrou o acréscimo de 5,2% e o IPI de 23,7%, enquanto que as demais transferências mantiveram-se no mesmo patamar de 2014, tendo em vista tratarem-se essencialmente de valores fixos, a exemplo dos repasses da Lei Kandir (compensação pela desoneração do ICMS das exportações)

Conforme determinações constitucionais e legais, parte das receitas arrecadadas devem ser repassadas aos municípios rondonienses e ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o que chamamos de “Deduções da Receita”.

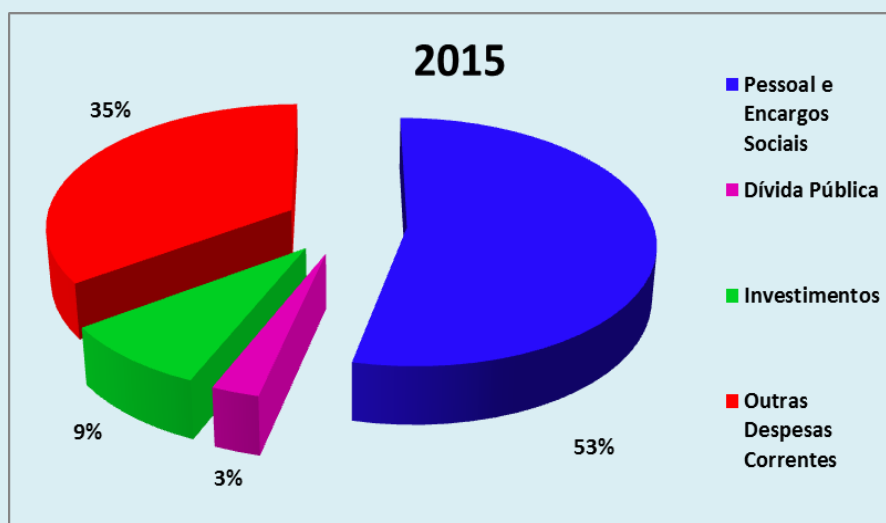
Além desses dois repasses, também são consideradas deduções as restituições de receitas aos contribuintes, em virtude de recolhimentos indevidos. Do total arrecadado em 2015, o Estado repassou aos municípios rondonienses R\$ 926 milhões e ao FUNDEB R\$ 939 milhões.

No ano anterior, a despesa total foi de R\$ 6,726 bilhões, entretanto, como o observado sobre a receita, à época, as transferências constitucionais ainda compunham as despesas orçamentárias (R\$ 872 milhões). Desta forma, deduzindo-se as transferências aos municípios dos valores registrados em 2014, atinge-se o montante R\$ 5,854 bilhões, para efeito de comparabilidade entre os resultados. Assim, considerando o que o total das despesas de 2015 somaram R\$ 6,222 bilhões, observa-se o crescimento da despesa R\$ 368 milhões, ou seja, 6,3% em relação a 2014.

As despesas com pessoal, maior dispêndio do governo, somaram R\$ 3,336 bilhões, 7,04% a mais que em 2014. Cumpre ressaltar, neste ponto, que o crescimento deve-se, em parte, à incorporação da EMATER à contabilidade estadual em 2015. O segundo maior gasto é com o custeio dos serviços públicos, que fechou o ano em R\$ 2,168 bilhões, com decréscimo de 23,72% em relação a 2014, em decorrência da adoção da metodologia de tratamento das transferências constitucionais aos municípios como dedução da receita, deixando de compor as despesas orçamentárias.

Merece destaque ainda a redução das despesas com dívida pública, que totalizaram, em 2015, R\$ 170 milhões, ou seja, 27% a menor que em 2014, tendo em vista a suspensão do pagamento da dívida do BERON que se encontra em discussão no judiciário.

**Despesa
por
Grupo e
Natureza**
Fonte: SIAFEM.



As despesas segregadas por funções de governo podem ser visualizadas no quadro a seguir.

Funções de Governo	2013	2014	2015
LEGISLATIVA	283.186.284,07	287.232.106,29	290.284.105,13
JUDICIARIA	500.695.609,07	691.551.527,18	656.191.055,16
ESSEN. A JUSTICA	215.755.201,33	235.895.013,70	258.241.564,57
ADMINISTRACAO	680.465.938,49	662.547.965,86	766.218.440,28
SEGURANCA PUB.	879.637.933,58	990.700.874,61	1.024.020.286,52
ASSISTENCIA SOCIAL	9.175.717,41	20.966.585,41	25.037.384,52
PREV.SOCIAL	303.602.361,83	335.032.589,13	383.313.022,27
SAUDE	915.668.277,19	873.797.548,89	1.012.752.345,60
TRABALHO	2.147.893,99	606.721,32	5.855,00
EDUCACAO	991.804.034,08	1.058.647.597,34	1.161.043.064,74
CULTURA	8.988.651,60	890.227,95	1.191.117,47
URBANISMO	-	42924,75	
HABITACAO	74.430.072,51	9.093.795,48	4.505.960,72
SANEAMENTO	4.949.133,72	1.394.718,58	0,00
GESTAO AMBIENTAL	8.831.418,68	13.254.247,09	8.357.301,95
CIENCIA E TEC.	2.097.736,09	2.379.541,43	2.718.329,67
AGRICULTURA	151.026.906,62	152.808.358,44	190.422.255,05
ORG.AGRARIA	2.831.220,00	561.710,74	2.586.346,60
INDUSTRIA	2.860,00	664.777,05	5.038.943,25
COM. E SERVICOS	3.289.495,73	10.095.099,77	11.627.825,77
TRANSPORTE	377.522.840,07	234.684.845,72	174.245.328,15
DESPORTO E LAZER	16.635.625,49	2.363.775,60	5.209.680,62
ENCARGOS ESP.	1.046.363.580,31	1.141.347.793,13	239.153.478,21
Total	6.479.108.791,86	6.726.560.345,46	6.222.163.691,25

◀ Despesas por função de governo.
Fonte: SIAFEM/RO

Do quadro acima, observa-se que o foco dos gastos públicos estaduais, nos três exercícios, concentra-se essencialmente em Educação, Segurança Pública e Saúde. Ressalte-se que a diferença observada entre 2015 e anos anteriores em Encargos Especiais refere-se às transferências a Municípios que, até 2014, eram evidenciadas como despesas.



► **Cumprimento dos limites constitucionais e legais**

O Estado de Rondônia, em 2015, cumpriu os limites mínimos constitucionais de saúde e educação, os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para despesas com pessoal, dívida pública, operações de crédito, garantias e contragarantias e inscrição dos restos a pagar, demonstrando uma gestão fiscal responsável e equilibrada.

Para fins de verificação da aplicação dos mínimos constitucionais de saúde e educação, utiliza-se como base a Receita Líquida de Impostos - RLI, que agrega todas as receitas de Impostos e Transferências Constitucionais, deduzidos os repasses dos municípios.

Já para verificação dos limites estabelecidos na LRF, o parâmetro é a Receita Corrente Líquida, que compreende todas as receitas correntes do Estado, tais como: receitas tributárias, contribuições sociais, patrimoniais, industriais, agropecuárias, serviços e transferências correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais aos Municípios e FUNDEB, bem como as contribuições dos servidores ao regime próprio de previdência e a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência. Em 2015, a RCL totalizou R\$ 5,825 bilhões (R\$ 5,501 bilhões em 2014), o que representou incremento de 5,9% em relação a 2014.

► **Saúde**

Em 2015, foram aplicados R\$ 710 milhões (R\$ 637 milhões em 2014) em equipamentos, obras e manutenção dos hospitais públicos e em convênios com hospitais terceirizados, municipais, filantrópicos e organizações sociais.

Os gastos com investimentos e custeio dos serviços públicos estaduais de saúde, atingiram R\$ 526 milhões (R\$ 415 milhões em 2014). Já a folha de pagamento dos servidores da Saúde somou R\$ 486 milhões (R\$ 459 milhões em 2014).

Para fins de verificação do mínimo constitucional foram consideradas as despesas no valor de R\$ 710 milhões (R\$ 637 milhões em 2014), perfazendo um total de 14,39% da Receita Líquida de Impostos para o cálculo da aplicação na saúde (R\$ 4.931 milhões), ultrapassando o percentual mínimo de 12% no montante de R\$ 269 milhões.

► **Educação**

O governo estadual aplicou em 2015 o total de R\$ 1,276 bilhão (R\$ 1,182 bilhão em 2014) na construção, ampliação, reforma e manutenção de unidades escolares, centros de educação de jovens e adultos, espaços esportivos, alimentação e transporte escolar, bolsas de estudo, materiais, mobiliário, equipamentos de informática e na remuneração do magistério que beneficiaram aproximadamente 228 mil alunos.

Em 2015, foram repassados R\$ 691 milhões (R\$ 661 milhões em 2014) ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –

FUNDEB e a perda registrada foi de R\$ 246 milhões, que somados à transferência a maior (R\$ 1,180 milhão), totaliza R\$ 248 milhões (R\$ 228 milhões em 2014).

Na apuração do mínimo constitucional são considerados os recursos aplicados provenientes dos impostos mais a perda que o Estado tem na transferência dos recursos do FUNDEB e repasse - educação, excluídas as regularizações de competência. Dessa forma, foram consideradas despesas da Educação no valor de R\$ 1,276 bilhão, perfazendo um total de 25,87% da receita líquida de impostos (R\$ 4,932 bilhões), ultrapassando o percentual mínimo de 25% no montante de R\$ 42,9 milhões.

► Operações de Crédito

As operações de crédito contratadas pelo Estado não podem ser superiores a 16% da RCL, conforme a Resolução do Senado nº 43/2001. Em 2015, o Estado recebeu liberações de operações de crédito no montante de R\$ 32 milhões, o que representou 0,56% da RCL, conforme segue:

Operações de Crédito, Liberações 2015 Fonte: GCDP/ SEFIN-RO.	CONTRATO	VALORES (R\$)	RCL (R\$)	% da RCL
	PAC II Ji- Paraná CT0096	3.038.946,02	5.825.194.566,13	0,05%
	PROFISCO - CT87	6.091.544,90		0,10%
	PEF 2 - CT84	23.724.545,84		0,41%
	TOTAL	32.855.036,76		0,56%

► Despesa com Pessoal

A despesa com pessoal do Poder Executivo, em 2015, alcançou 44,39% da Receita Corrente Líquida, ultrapassando o limite de alerta, entretanto, ainda abaixo dos limites prudencial e máximo.

Ressalte-se que, entre janeiro de 2011 e dezembro 2015, o Governo repôs perdas salariais dos anos anteriores, o que, com exceção de 2014, representou um acréscimo percentual das despesas de pessoal acima do registrado da Receita Corrente Líquida, conforme demonstrado no quadro a seguir.

	2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015
RCL	4.480.601.857,73	7%	4.789.361.242,98	1%	4.851.853.477,19	13%	5.501.365.291,11	6%	5.825.194.566,13
Despesas com Pessoal	1.761.272.218,84	19%	2.097.860.820,84	8%	2.260.920.019,35	6%	2.406.930.344,87	7%	2.585.909.660,52
Limite Prudencial	2.085.720.164,77	7%	2.229.447.658,61	1%	2.258.537.793,63	13%	2.560.885.543,01	6%	2.711.628.070,53
Limite Máximo	2.195.494.910,29	7%	2.346.787.009,06	1%	2.377.408.203,82	13%	2.695.668.992,64	6%	2.854.345.337,40
% Máximo	49,00%	0%	49,00%	0%	49,00%	0%	49,00%	0%	49,00%
% Atingido	39,31%	11%	43,80%	6%	46,60%	-6%	43,75%	1%	44,39%

▲ **Despesa com Pessoal – Poder Executivo, RO, 2011 a 2015.**
Fonte: SIAFEM/RO.

Ademais, conforme amplamente divulgado, Rondônia manteve-se entre os poucos Estados da federação que não ultrapassaram o limite máximo de gastos com pessoal nos exercícios demonstrados.

Registre-se que os valores constantes na tabela acima foram apurados em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, 6ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014 e Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014, válido a partir do exercício de 2015 (ver Nota Explicativa nº 13).

Por outro lado, ao realizar a apuração com base no Parecer nº 56/2002-TCER e Parecer Prévio nº 107/2001-TCER, a Despesa com Pessoal do Poder Executivo Estadual não ultrapassa o limite de alerta, alcançando 43,62% da RCL, conforme quadro a seguir.

Receita Corrente Líquida	2015
RCL	5.825.194.566,13
Imposto de Renda Total*	-233.032.910,36
RCL Ajustada ao Parecer	5.592.161.655,77
Despesas Com Pessoal – Poder Executivo	2.585.909.660,52
Imposto de Renda – Poder Executivo	-146.350.940,96
Despesas Com Pessoal Ajustada ao Parecer – Poder Executivo	2.439.558.719,56
% Atingido	43,62%

◀ **Despesas com Pessoal do Poder Executivo Apurada Conforme Parecer nº 56/2002-TCE/RO e Parecer Prévio 107/2001-TCE/RO.**
Fonte: SIAFEM/RO.

*IR de Pessoal, excluídos de terceiros.

A despesa com pessoal total do Estado, em 2015, alcançou 56,05% da Receita Corrente Líquida, estando abaixo dos limites prudencial (57%) e máximo (60%).

► Dívida Consolidada Líquida

A Resolução do Senado nº 40/2001 estabelece que a Dívida Consolidada Líquida - DCL dos Estados não poderá ser superior a 200% da Receita Corrente Líquida – RCL. Em 2015, o percentual da DCL do Estado de Rondônia em relação à RCL foi de 63,91%.

► Resultado Primário

A análise do resultado primário indica quanto o ente público depende de capital de terceiros para manter ou custear suas despesas. Tem por finalidade demonstrar o grau de autonomia do Estado, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, de honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal e transferências a municípios), das suas despesas de capital (aí incluídos os investimentos) e ainda gerar poupança para atender o serviço da dívida (principal mais juros) e, assim, contribuir para a redução do estoque total da dívida líquida.

Nessa avaliação são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de operações de crédito e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos

e amortizações da dívida, ou seja, por orientação metodológica, o Resultado Primário é obtido sem a consideração do impacto da dívida, bem como das aplicações financeiras e operações de crédito incorridas.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias fixou a meta para 2015 em R\$ 106 milhões. Contudo, o Resultado Primário verificado no 3º quadrimestre de 2015 foi de R\$ 24 milhões superavitário, uma vez que considera somente as receitas arrecadadas no ano menos as despesas realizadas, sejam elas custeadas por recursos provenientes da arrecadação do ano ou do superávit financeiro do exercício anterior.

Na metodologia, ao passo que as receitas de operações de crédito são excluídas, as despesas custeadas com estas não são deduzidas. Ressalte-se, assim, que apesar de não ter alcançado a meta inicial, mesmo em um período de crise nacional, o Estado ainda conquistou Resultado Primário positivo.

► Resultado Nominal

Resultado Nominal evidencia a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos, ou seja, entre o exercício anterior e o atual. A Dívida Fiscal Líquida corresponde ao saldo das dívidas de empréstimos de longo prazo (dívida contratual), precatórios posteriores a 05-05-2000, parcelamentos de tributos federais, contribuições sociais, FGTS e demais dívidas de longo prazo, deduzidos os valores em caixa/bancos, valores a receber, restos a pagar processados e os passivos reconhecidos (dívidas resultantes de déficit passados, juridicamente devidos, de valor certo e reconhecidos pelo governo, tais como parcelamento de INSS).

Embora a meta inicial consignada na LDO para Resultado Nominal fosse a redução da Dívida Fiscal Líquida em R\$ 367 milhões, no exercício de 2015 não houve amortização dos pagamentos relativos ao contrato 9496/97 (BERON), uma vez que os mesmos permaneceram suspensos, importando no aumento do estoque da referida dívida em mais de R\$ 435 milhões - a mesma encontra-se em discussão no judiciário. Assim, o resultado alcançado foi o acréscimo de R\$ 95 milhões.



2015 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Lei 4.320/64

Superintendência de Contabilidade

Demonstrações Contábeis

As demonstrações a seguir objetivam apresentar os valores orçamentários, financeiros e patrimoniais com base na Lei nº 4.320/64, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, assim como o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Referem-se, ainda, ao registro, evidenciação e geração de informações que alimentam o processo decisório das contas públicas deste Estado, à adequada prestação de contas e à instrumentalização do controle social, no que diz respeito:

- a) ao planejamento do setor público, especificamente a Lei Orçamentária Anual e a sua execução;
- b) ao fluxo de ingressos e dispêndios do setor público estadual, permitindo o conhecimento e a avaliação da gestão;
- c) ao registro dos fenômenos que provocam variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público; e
- d) ao resultado patrimonial do exercício.

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO DE 2015

O Balanço abaixo foi elaborado sob o enfoque patrimonial, conforme os novos moldes delineados pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Demonstrações Contábeis (6ª edição) e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, expressando qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Estado de Rondônia.

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	3.624.733.115,04	2.991.909.022,52	PASSIVO CIRCULANTE	631.498.111,42	590.467.415,71
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.064.302.006,08	905.381.477,56	Empréstimos e Financiamentos	242.123.698,33	227.437.551,83
Créditos a Curto Prazo	44.749.742,77	25.620.675,58	Fornec e Contas a Pagar Curto Prazo	244.486.971,79	235.483.072,07
Valores Restituíveis	51.949.307,93	49.016.671,68	Valores Restituíveis	116.311.033,41	119.373.797,95
Demais Créd e Val. a Curto Prazo	371.158.995,08	349.618.951,65	Demais Obrigações a Curto Prazo	28.576.407,89	8.172.993,86
Inv. e Apl. Temp. a Curto Prazo	1.340.395.370,43	1.043.379.272,45			
Estoques	752.177.692,75	618.891.973,60			
ATIVO NAO-CIRCULANTE	13.308.919.592,76	10.786.922.075,50	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	5.374.169.801,40	4.909.713.299,71
Ativo Realizável a Longo Prazo	7.563.304.870,44	5.312.821.046,39	Pessoal a Pagar	4.759.026,14	4.759.026,14
Créditos a Longo Prazo	7.557.872.408,07	5.309.737.636,91	Empréstimos e Fin. a Longo Prazo	2.705.060.133,25	2.397.481.433,51
Demais Créd. e Val a Long. Prazo	5.432.462,37	3.083.409,48	Provisões a Longo Prazo	1.040.995.833,62	820.766.382,95
Investimentos	224.571.763,43	224.571.763,43	Demais Obrigações a Longo Prazo	1.623.354.628,39	1.686.706.457,11
Participações Permanentes	224.571.763,43	224.571.763,43			
Imobilizado	5.517.056.430,77	5.246.430.752,08	TOTAL DO PASSIVO	6.005.667.912,82	5.500.180.715,42
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		

Bens Móveis	1.386.813.706,62	1.268.028.521,37	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Bens Imóveis	4.132.677.992,60	3.978.402.230,71	Patrimônio Social e Capital Social	17.437.562,73	0
Intangível	3.986.528,12	3.098.513,60	Resultados Acumulados	10.910.541.074,25	8.278.650.382,60
Softwares	4.134.944,42	3.098.513,60	Superávit ou Déficits do Exercício	1.251.857.330,34	1.668.616.470,11
			Superávit ou Déficits de Exer. Ant.	8.288.150.969,45	6.808.005.788,64
			Ajustes de exercícios anteriores	1.370.532.774,46	-197.971.876,15
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.927.984.794,98	8.278.650.382,60
TOTAL	16.933.652.707,80	13.778.831.098,02	TOTAL	16.933.652.707,80	13.778.831.098,02

BALANÇO PATRIMONIAL
Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO FINANCEIRO	1.108.861.890,13	947.139.219,90	PASSIVO FINANCEIRO	995.829.721,94	741.239.743,80
ATIVO PERMANENTE	15.824.790.817,67	12.831.691.878,12	PASSIVO PERMANENTE	5.644.869.907,62	5.145.323.845,40
SALDO PATRIMONIAL				10.292.953.078,24	7.892.267.508,81

BALANÇO PATRIMONIAL
Quadro das Contas de Compensação

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Avais a Executar	1.969,77	1.969,77	Convênios a Executar	62.302.615,91	66.400.305,71
Fianças a Executar	313.587,8/1	488.191,17	Empréstimos a Executar	1.646.141.564,86	1.442.408.392,92
Hipotecas a Executar	8.554,29	-			
Seguro Garantia a Executar	2.543.154,36	2.932.768,61	Responsabilidades com Terceiros	-	-
Cauções a Executar	631.867,62	539.833,03			
Convênios a Receber	39.765.840,10	40.105.401,98			
Adiantamentos Concedidos	0	418.450,00			
Suprimentos de Fundos (Pendentes Prest)	0	4.461.004,63			
Diárias Concedidas (Pendentes Prest)	0	14.146.095,41			
Outras Responsabilidades de Terceiros	2.044.383,68	2.044.383,68			
TOTAL	45.309.357,63	65.138.098,28	TOTAL	1.708.444.180,77	1.508.808.698,63

Destaca-se que na conta Patrimônio Líquido, foi devidamente evidenciado o resultado do período, segregando os resultados acumulados de exercícios anteriores, conforme disciplina a NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis. Este saldo patrimonial¹ de R\$ 8.278.650.382,60, representa a diferença entre o ativo no valor de R\$13.778.831.098,02 e o passivo no montante de R\$5.500.180.715,42.

¹ Agora é denominado de patrimônio líquido, consagrando-se a denominação inserida no ordenamento jurídico, pela legislação societária e também preconizada na Lei de Responsabilidade Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstrativo do Superávit/Déficit Apurado no Balanço Patrimonial

Para atender a legislação dentro da estrutura proposta, foi criada de forma resumida a mesma estrutura da Lei nº 4.320/64, podendo ser demonstrados os grupos contidos no art. 105 do referido normativo, conforme quadros infra:

ATIVO FINANCEIRO	1.108.861.890,13	947.139.219,90	PASSIVO FINANCEIRO	995.829.721,94	741.239.743,80
ATIVO PERMANENTE	15.824.790.817,67	12.831.691.878,12	PASSIVO PERMANENTE	5.644.869.907,62	5.145.323.845,40
SALDO PATRIMONIAL				10.292.953.078,24	7.892.267.508,81
ATIVO FINANCEIRO	30.540.719.745,21	24.716.244.536,34	PASSIVO FINANCEIRO	14.941.674.258,90	11.743.971.464,35
Compensações					

VARIAÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL FINANCEIRO

Elementos	No Início 2015 (R\$)	No Final 2015 (R\$)	Variações (R\$)
Ativo Financeiro	947.139.219,90	1.108.861.890,13	-161.722.670,23
Passivo Financeiro	741.239.743,81	995.829.721,94	-254.589.978,13
Saldo Patrimonial Financeiro	1.688.378.963,71	2.104.691.612,07	-416.312.648,36

VARIAÇÃO DO SALDO PATRIMONIAL PERMANENTE

Elementos	No Início 2015 (R\$)	No Final 2015 (R\$)	Variações (R\$)
Ativo Permanente	12.831.691.878,12	15.824.790.817,67	-2.993.098.939,55
Passivo Permanente	5.145.323.845,40	5.644.869.907,62	-499.546.062,22
Saldo Patrimonial Permanente	17.977.015.723,52	21.469.660.725,29	-3.492.645.001,77

Fonte: Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

SALDO PATRIMONIAL

Elementos	ATIVO (A) (R\$)	Elementos	PASSIVO (B) (R\$)	VARIAÇÕES (A-B) (R\$)
Financeiro	1.108.861.890,13	Financeiro	995.829.721,94	113.032.168,19
Permanente	15.824.790.817,67	Permanente	5.644.869.907,62	10.179.920.910,05
ATIVO REAL	16.933.652.707,80	PASSIVO REAL	6.640.699.629,56	10.292.953.078,24

Fonte: Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

O saldo patrimonial (Ativo Real Líquido) do Estado de Rondônia, de R\$10.292.953.078,24 em 2015, sob enfoque orçamentário, é representado pela diferença entre o Ativo Real de R\$16.933.652.707,80 e o Passivo Real de R\$6.640.699.629,56.

A situação financeira do Estado, sob enfoque orçamentário, evidencia a seguinte posição:

Exercício de 2015			
Ativo Financeiro	R\$ 1.108.861.890,13	=	R\$ 1,11
Passivo Financeiro	R\$ 995.829.721,94		

No exercício de 2015, o Estado de Rondônia contabilizou uma dívida de R\$995.829.721,94, enquanto as informações de ativos eram da ordem de R\$1.108.861.890,13. Dividindo os ativos pelas obrigações, chega-se ao coeficiente de 1,11, o que demonstra que para cada 1 real de dívida, o Estado dispõe de R\$1,11, ou seja, situação financeira, superavitária, demonstrando que o governo Estadual manteve fluxo financeiro, não comprometendo, dessa forma, os recursos do exercício seguinte.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

EXERCÍCIO DE 2015

O Balanço Orçamentário destina-se a evidenciar a receita prevista, a despesa fixada, bem como as respectivas execuções, permitindo a apuração do resultado orçamentário, conforme o art. 102 da Lei nº 4.320/64. Este dispositivo estabeleceu em seu anexo 12 a estrutura a ser seguida na apresentação deste demonstrativo.

Com as mudanças na contabilidade pública, a Secretaria do Tesouro Nacional entendia que tal dispositivo identificava apenas o resultado orçamentário global. E assim, no intuito de detalhar os tipos de crédito por categoria econômica, tal demonstrativo foi alterado pela STN, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 16.6.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial(a)	Previsão Atualizada(b)	Receitas Realizadas(c)	Saldo d=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	7.067.656.181,00	7.218.304.213,19	6.353.945.830,15	-864.358.383,04
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.028.271.469,00	3.051.992.019,30	2.275.838.373,47	-776.153.645,83
Impostos	2.925.455.969,00	2.949.176.519,30	2.200.443.949,04	-748.732.570,26
Taxas	102.815.500,00	102.815.500,00	75.394.424,43	-27.421.075,57
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	408.134.623,00	408.134.623,00	506.740.571,69	98.605.948,69
Contribuições Sociais	408.134.623,00	408.134.623,00	506.740.571,69	98.605.948,69
RECEITA PATRIMONIAL	145.577.828,00	155.977.828,00	296.579.351,26	140.601.523,26
Receitas Imobiliárias	10.000,00	10.000,00	543.163,84	533.163,84
Receitas de Valores Mobiliários	145.235.828,00	155.635.828,00	295.433.389,82	139.797.561,82
Outras Receitas Patrimoniais	332.000,00	332.000,00	602.797,60	270.797,60
RECEITA DE SERVIÇOS	201.639.902,00	213.593.340,15	201.405.115,76	-12.188.224,39
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.846.813.848,00	2.941.728.096,89	2.775.049.135,42	-166.678.961,47
Transferências Intergovernamentais	2.791.064.758,00	2.829.019.543,39	2.766.947.501,49	-62.072.041,90
Transferências de Instituições Privadas	29.666.744,00	29.666.744,00	0,00	-29.666.744,00
Transferências de Pessoas	10.245,00	10.245,00	0,00	-10.245,00

Transferências de Convênios	26.072.101,00	83.031.564,50	8.101.633,93	-74.929.930,57
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	437.218.511,00	446.878.305,85	298.333.282,55	-148.545.023,30
Multas e Juros de Mora	124.956.879,00	134.157.024,17	57.393.568,44	-76.763.455,73
Indenizações e Restituições	7.167.181,00	7.167.181,00	3.265.536,11	-3.901.644,89
Receita da Dívida Ativa	115.388.530,00	115.848.179,68	30.985.559,32	-84.862.620,36
Receitas Correntes Diversas	189.705.921,00	189.705.921,00	206.688.618,68	16.982.697,68
RECEITAS DE CAPITAL (II)	252.117.801,00	613.008.754,08	55.460.206,21	-557.548.547,87
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	175.778.067,00	533.931.105,07	32.855.036,76	-501.076.068,31
Operações de Crédito Internas	174.778.067,00	532.931.105,07	32.855.036,76	-500.076.068,31
Operações de Crédito Externas	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	-1.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	750.935,00	750.935,00	0,00	-750.935,00
Alienação de Bens Móveis	750.935,00	750.935,00	0,00	-750.935,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	5.266,00	5.266,00	0,00	-5.266,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	75.583.533,00	78.321.448,01	22.605.169,45	-55.716.278,56
Transferências Intergovernamentais	11.976.982,00	11.976.982,00	3.364.000,00	-8.612.982,00
Transferências de Convênios	63.606.551,00	66.344.466,01	19.241.169,45	-47.103.296,56
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV)=(I+II+III)	7.319.773.982,00	7.831.312.967,27	6.409.406.036,36	-1.421.906.930,91
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (VI)=(IV+V)	7.319.773.982,00	7.831.312.967,27	6.409.406.036,36	-1.421.906.930,91
DÉFICIT (VII)	0,00	237.025.018,95	0,00	-237.025.018,95
TOTAL (VIII)=(VI + VII)	7.319.773.982,00	8.068.337.986,22	6.409.406.036,36	-1.658.931.949,86
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro	237.025.018,95			
Reabertura de créditos adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	6.323.120.696,50	6.704.934.050,96	5.548.126.099,70	5.357.942.325,67	5.197.301.585,65	1.156.807.951,26
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.347.267.861,00	3.439.976.682,27	3.336.201.392,45	3.305.306.054,23	3.229.997.250,88	103.775.289,82
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	98.257.248,00	45.276.639,08	43.903.396,22	43.903.396,22	43.903.396,22	1.373.242,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.877.595.587,50	3.219.680.729,61	2.168.021.311,03	2.008.732.875,22	1.923.400.938,55	1.051.659.418,58
DESPESAS DE CAPITAL (X)	882.025.691,50	1.281.912.210,26	674.037.591,55	356.311.030,42	325.035.857,32	607.874.618,71
INVESTIMENTOS	685.944.369,50	1.143.768.560,26	547.273.053,26	238.626.492,13	207.351.319,03	596.495.507,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	63.075.722,00	22.288.050,00	11.080.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	11.208.050,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	133.005.600,00	115.855.600,00	115.684.538,29	115.684.538,29	115.684.538,29	171.061,71
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	114.627.594,00	81.491.725,00	0,00	0,00	0,00	81.491.725,00
RESERVA DO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII)=(IX+X+XI+XII)	7.319.773.982,00	8.068.337.986,22	6.222.163.691,25	5.714.253.356,09	5.522.337.442,97	1.846.174.294,97
SUBTOTAL REFINANCIAMENTO (XV)=(XIII+XIV)	7.319.773.982,00	8.068.337.986,22	6.222.163.691,25	5.714.253.356,09	5.522.337.442,97	1.846.174.294,97
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	187.242.345,11	-	-	-187.242.345,11
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	7.319.773.982,00	8.068.337.986,22	6.409.406.036,36	0,00	0,00	1.658.931.949,86

Tendo em vista o nível de detalhamento em que são apresentadas, (3º Nível – Espécie), as receitas são informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, descontos, retificações, deduções para o FUNDEB e repartições de receita entre os entes, conforme orientação do MCASP.

No que tange ao art. 102 da Lei nº 4.320/64, ao comparar a previsão das receitas atualizada no valor de R\$ 8.068.337.986,22², com a receita realizada de R\$ 6.409.406.036,06, demonstra-se que houve um desequilíbrio negativo na arrecadação no montante de R\$ 1.658.931.949,86. Entretanto, conforme descrito na Nota Explicativa n. 4, embora não conste na LOA – 2015, o Estado de Rondônia, em atenção às determinações do TCE/RO, contabiliza como dedução da receita as parcelas destinadas a outros entes (repartição tributária), ou seja, as transferências governamentais e legais³, coadunando com tal entendimento, o item 3.6 do MCASP referente aos Procedimentos Contábeis à receita Orçamentária dita, *ipsis literis*:

Se houver parcelas a serem restituídas, em regra, esses fatos não devem ser tratados como despesa orçamentária, mas como dedução de receita orçamentária, pois correspondem a recursos arrecadados que não pertencem à entidade pública e não são aplicáveis em programas e ações governamentais sob responsabilidade do ente arrecadador, não necessitando, portanto, de autorização orçamentária para a sua execução.

Portanto, com objetivo de possibilitar melhor comparação das contas públicas, as transferências constitucionais e legais no valor de R\$925.634.131,27⁴ somadas ao valor das receitas efetivamente realizadas de R\$6.409.406.036,06, totalizam R\$7.335.040.167,63.

A dotação inicial fixada no orçamento de R\$ 7.319.773.985,00 somada aos créditos adicionais abertos ao longo do exercício, que causaram aumento na despesa autorizada, perfaz o montante de R\$ 748.564.004,22, resultando na dotação atualizada de R\$8.068.337.986,22. Ao confrontar a dotação atualizada⁵ no montante de R\$ 8.068.337.986,22, com a despesa realizada no final do exercício, no montante de R\$ 6.222.163.691,25, obtém-se uma economia orçamentária na cifra de R\$ 1.846.174.294,97. Desse modo, cotejando-se a receita realizada no montante de R\$ 6.409.406.036,36, com o valor da despesa realizada final de R\$ 6.222.163.691,25, apura-se um superávit no resultado orçamentário no montante de R\$ 187.242.345,11.

Insta destacar que após o referido cálculo do Resultado Orçamentário, o superávit apurado é alocado ao lado da despesa realizada, com o objetivo de se fazer o fechamento do Balanço Orçamentário.

A receita corrente realizada no valor de R\$ 6.353.945.830,15 com a despesa corrente de R\$ 5.548.126.099,70 demonstra que houve superávit de orçamento corrente de R\$ 805.819.730,45.

² Identifica os valores da previsão atualizada das receitas para o exercício de referência, que refletem a parcela da re-estimativa da receita utilizada para abertura de créditos adicionais; as novas naturezas de receitas não previstas na LOA e o remanejamento entre naturezas de receita.

³ As transferências constitucionais ou legais constituem valores que não são passíveis de alocação em despesas pelo ente público arrecadador. Assim, não há desobediência ao princípio do orçamento bruto, segundo o qual receitas e despesas devem ser incluídas no orçamento em sua totalidade, sem deduções.

⁴ Logo, utiliza-se a conta redutora de receita orçamentária, 7.2.4.7.1.00.00 - Recursos Transferidos para os municípios - conforme Balancete Geral, para evidenciar o fluxo de recursos da receita orçamentária bruta até a líquida, em função e suas operações econômicas sociais.

⁵ Identifica o valor da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações e/ou cancelamentos correspondentes.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos A Pagar Não Processados

Adicionalmente ao Balanço Orçamentário, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, devem ser incluídos dois quadros demonstrativos de execução de restos a pagar, um relativo aos restos a pagar não processados, outro relativo aos restos a pagar processados, com o mesmo detalhamento das despesas orçamentárias do balanço, de modo a propiciar uma análise da execução orçamentária do exercício em conjunto com a execução dos restos a pagar.

ANEXO 1: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-d-e)
	Em Exercícios	Em 31 de Dezembro do				
	Anteriores	Exercício Anterior				
	(a)	(b)				
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
DESPESAS CORRENTES	972.053,27	111.272.548,49	2.099.480,79	74.233.694,74	14.778.144,37	23.232.762,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	15.817.506,40	0,01	15.756.665,26	12.395,59	48.445,55
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	972.053,27	95.455.042,09	2.099.480,78	58.477.029,48	14.765.748,78	23.184.317,10
DESPESAS DE CAPITAL	34.099.389,48	240.039.491,87	3.648.131,66	123.906.212,96	39.418.755,91	110.813.912,48
INVESTIMENTOS	34.099.389,48	237.039.491,87	3.648.131,66	120.906.212,96	39.418.755,91	110.813.912,48
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	35.071.442,75	351.312.040,36	5.747.612,45	198.139.907,70	54.196.900,28	134.046.675,13

No que tange a apuração dos restos a pagar processados inscritos no exercício de 2015, a diferença entre a despesa liquidada de R\$5.714.253.356,09 e a despesa efetivamente paga de R\$5.522.337.442,97, perfaz o montante de R\$191.915.913,12.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Anexo 2 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados

ANEXO 2: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Inscritos		Pagos (c) R\$	Cancelados (d) R\$	Saldo (e)=(a+b-c-d) R\$
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)			
	R\$	R\$			
DESPESAS CORRENTES	16.096.868,33	153.355.428,42	138.522.194,98	4.697.366,00	26.232.735,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.503.308,95	69.611.726,17	61.056.584,40	12.515,32	10.045.935,40
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.593.559,38	83.743.702,25	77.465.610,58	4.684.850,68	16.186.800,37
DESPESAS DE CAPITAL	31.902.426,55	36.166.427,44	45.890.925,86	2.923.112,96	19.254.815,17
INVESTIMENTOS	31.902.426,55	36.077.498,74	45.801.997,16	2.923.112,96	19.254.815,17
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	88.928,70	88.928,70	0,00	0,00
TOTAL	47.999.294,88	189.521.855,86	184.413.120,84	7.620.478,96	45.487.550,94

A apuração dos restos a pagar não processados no exercício de 2015, que se trata da diferença entre a despesa empenhada R\$ 6.222.163.691,25 e a despesa liquidada R\$ 5.714.253.356,09, perfaz o montante de R\$ 507.910.335,16.

BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO DE 2015

De acordo com o art. 103 da Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstra as receitas orçamentárias arrecadadas, as despesas orçamentárias empenhadas, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de disponibilidades do exercício anterior e com os saldos de disponibilidades que são transferidos para o exercício seguinte.

Da análise dos dados do Balanço Financeiro, apura-se que o Saldo Disponível em 31.12.2015, na ordem de R\$ 2.449.257.260,56, o que concilia com o valor demonstrado no Balanço Patrimonial, sendo o somatório das Contas caixa e equivalentes de caixa de R\$ 1.064.302.006,08, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo de R\$ 1.340.395.370,43 e depósitos restituíveis e valores vinculados⁶ de R\$ 44.559.884,05.

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	6.409.406.036,36	6.958.816.481,54	Despesa Orçamentária (VI)	6.222.163.691,25	6.726.560.345,46
Ordinária	5.982.540.660,32	5.644.523.196,68	Ordinária	3.989.968.597,10	4.744.725.470,41
Vinculada	2.291.336.517,84	2.203.779.154,32	Vinculada	2.232.195.094,15	1.981.834.875,05
Convênios	40.940.289,97	52.576.310,57	Convênios	105.181.966,21	100.351.759,30
Cota-Parte – Educação	30.448.576,28	28.263.479,50	Cota-Parte - Educação	29.815.091,20	29.483.558,50
Sistema Único de Saúde	205.562.962,11	191.360.680,11	Sistema Único de Saúde	206.837.464,36	230.214.701,95
Operações de Crédito	37.678.946,72	70.362.356,00	Operações de Crédito	168.088.626,38	185.722.411,89
Recursos Diret. Arrec p/Ent	941.553.934,59	893.746.781,02	Rec. Diretam. Arrec. p/Entidade	585.107.225,10	514.776.653,28
Outros recursos Vinculados	1.035.151.808,17	967.469.547,12	Outros recursos vinculados	1.137.164.720,90	921.285.790,13
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.864.471.141,80	-889.485.869,46			
Transferências Financeiras Recebidas (II)	5.139.900.807,09	5.992.705.225,97	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	5.200.120.731,00	6.021.995.376,91
Cotas Recebidas	986.523.927,17	1.046.373.891,58	Cotas Concedidas	1.006.612.930,72	946.716.010,63

⁶ Em virtude da implantação da Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC 06 publicada em 26/12/2014, na qual estabelece Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro, na coluna INGRESSOS - SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR foi incluído, juntamente com a Conta Caixa e Equivalente de Caixa e Investimentos e Aplicações Temporárias a curto prazo, uma linha referente a "Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (Ativo)" no valor de R\$44.559.884,05, conta 1135 do Balancete Geral do Estado, conforme a Nota Explicativa n. 10, tendo em vista ser de origem financeira.

Repasses Recebidos	3.236.666.429,26	4.046.959.674,70	Repasses Concedidos	3.223.929.868,69	4.064.120.460,01
Recursos Arrecadados Recebidos/Internos	803.679.817,23	815.620.316,36	Recursos Arrecadados Concedidos/Internos	803.679.817,23	786.315.389,91
Correspondência de Débitos	7.464.671,23	48.958.935,63	Correspondência de Créditos	7.464.471,23	48.958.935,63
Transferências Recebida Entre UG/Órgão	0	0	Transf. Conced. Indep. Exe. Orçam.	20.312.641,71	9.948.633,88
Ganhos com Des. de Pas. Financeiro	0,00	3.139.804,15	Precatórios TJ	95.556.869,01	104.194.192,00
Cota vinculada IR	0,00	31.654.864,16	Transf. Concedidas Entre UG/Órgão	140.029,22	0,00
Variação Patrimonial Financeira	0,00	14.265,01	Perdas Financeiras	12.582,00	0,00
Precatórios	105.125.932,98	0,00	Valores Diferidos	6.285.629,57	5.019.219,13
Ajuste Obrigações TJ	0,00	-16.525,62	Perdas em Investimentos Temporários	36.125.891,53	56.717.595,38
			Incorporação de Passivo	0,00	4.940,34
Recebimentos Extraorçamentários (III)	5.245.091.923,25	5.742.171.473,61	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	4.919.097.434,38	5.759.797.567,30
Inscrição RPP do Exercício	191.915.913,12	187.483.777,19	RPP pagos do Exercício Anterior	164.395.116,29	150.962.978,42
Inscrição RPNP do Exercício	507.910.335,16	351.311.431,04	RPNP pagos do Exercício Anterior	182.031.065,23	312.385.416,85
Valores restituíveis - retenção	1.173.663.193,18	1.138.490.280,42	RPP pagos de Exercícios Anteriores	9.754.676,19	3.483.736,59
Haveres Financeiros	3.318.909.633,73	4.048.977.156,91	RPNP pagos de Exercícios Anteriores	26.372.170,83	7.827.864,17
Ajustes de Exercícios Anteriores	51.248.260,30	15.430.670,62	Valores Restituíveis - Recolhimento	1.178.606.412,58	1.214.855.186,28
Ingressos Diferidos	1.444.587,76	478.157,43	Haveres Financeiros	3.333.999.029,37	4.069.179.660,00
			Ajustes de Exercícios Anteriores	21.897.770,03	1.102.724,99
			Dispêndio Diferido	2.041.193,86	0
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	1.996.240.350,49	1.805.178.600,90	Saldo em Espécie p/ o Exercício Seguinte (IX)	2.449.257.260,56	1.990.518.492,35
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	18.790.639.117,19	20.498.871.782,02	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	18.790.639.117,19	20.498.871.782,02

O saldo de disponibilidade para o exercício seguinte perfaz o montante de R\$ 2.449.257.260,56, sendo apurado com a soma dos ingressos financeiros a título de receitas orçamentárias, bem como recebimentos de natureza extraorçamentária no valor de R\$ 16.794.398.766,60, somado ao saldo de disponibilidade do exercício anterior de R\$ 1.996.240.350,49, deduzido dos recursos financeiros a título de despesas orçamentárias e os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária no valor de R\$ 16.341.381.856,50.

O resultado financeiro do exercício de 2015 demonstrou um superávit na cifra de R\$ 453.016.910,10, que corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários e extraorçamentários de R\$ 16.794.398.766,60 e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários de R\$ 16.341.381.856,50.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS

EXERCÍCIO DE 2015

A Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme dispõe a Lei nº 4.320/64, evidencia as variações quantitativas e qualitativas resultantes e as independentes da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial.

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exerc. Anterior		Exercício Atual	Exerc. Anterior
VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	15.815.843.264,94	19.840.880.156,52	VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	14.563.985.934,60	18.172.263.686,41
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.730.846.813,30	3.517.866.528,74	Pessoal e Encargos	3.579.301.355,14	3.337.337.073,70
Impostos	3.625.675.618,89	3.417.335.975,45	Remuneração a Pessoal	2.940.912.983,34	2.738.318.138,55
Taxas	105.171.194,41	100.530.553,29	Encargos Patronais	317.660.783,82	295.929.087,19
Contribuições	505.922.936,23	907.148.797,68	Benefícios a Pessoal	295.152.029,26	270.904.107,36
Contribuições Sociais	505.922.936,23	907.148.797,68	Outras Vari. Pat. Diminutivas - Pessoal e Encargos	25.575.558,72	32.185.740,60
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	193.571.367,81	184.526.449,35	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	404.474.080,18	352.918.954,83
Exploração de Bens e Direitos e Prest. de Serviços	193.571.367,81	184.526.449,35	Aposentadorias e Reformas	289.994.606,63	271.427.337,75
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	481.166.256,88	443.614.884,98	Pensões	77.469.654,50	72.550.628,41
Juros e Encargos de Mora	26.220.909,00	24.880.182,43	Benefícios Eventuais	36.974.801,44	8.714.339,02
Remuneração de Depósitos Banc. e Apl. Financ.	295.454.270,24	226.962.064,45	Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	35.017,61	226.649,65
Outras Variações Pat. Aumentativas – Financeiras	159.491.077,64	191.772.638,10	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	706.928.648,10	611.052.832,09
Transferências e Delegações Recebidas	9.029.101.208,32	9.152.234.284,81	Uso de Material de Consumo	84.704.159,89	88.944.906,89
Transferências Intragovernamentais	5.791.691.911,18	6.065.289.755,80	Serviços	2.583.684,75	522.107.425,20
Transferências Intergovernamentais	3.235.641.373,00	3.073.901.112,52	Custo de Mat., Serviços e Cons de Capital Fixo	0	500,00
Transferências das Instituições Privadas	1.626.737,46	13.042.491,49	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	140.909.397,21	272.104.894,58
Delegações Recebidas	140.961,68	0,00	Juros e Encargos de Emp. e Financ. Obtidos	43.903.395,60	87.822.072,82

Transferências de Pessoas Físicas	225	925	Juros e Encargos de Mora	127.311,78	33.474,28
Valorização e Ganhos Com Ativos	800.289.622,00	66.315.212,51	Outras Variações Pat. Diminutivas – Financeiras	96.878.689,83	184.249.347,48
Ganhos com Alienação	0,00	369.435,28	Transferências e Delegações Concedidas	7.946.580.498,18	8.151.872.579,97
Ganhos com Incorp. de Ativos por Descob. e Nasc.	794.438.725,59	62.803.800,83	Transferências Intragovernamentais	5.798.702.757,69	6.077.547.597,35
Desincorporação de Passivos	5.850.896,41	3.141.976,40	Transferências Intergovernamentais	2.040.660.946,00	1.901.768.712,55
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.074.945.060,40	5.569.173.998,45	Transferências a Instituições Privadas	107.000.838,61	172.556.270,07
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	22.311,46	31.654.864,16	Delegações Concedidas	215.955,88	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	761.284.986,96	5.059.997.504,83	Desvalorização e Perda de Ativos	74.326.324,89	51.857.475,18
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	313.637.761,98	477.521.629,46	Perdas com Alienação	0,00	1.026.599,94
			Perdas Involuntárias	32.256.954,86	50.830.875,24
			Incorporação de Passivos	5.850.896,41	0,00
			Desincorporação de Ativos	80.000,00	0,00
			Tributárias	64.178.620,54	56.242.149,57
			Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.084.342,82	927.412,23
			Contribuições	63.094.277,72	55.314.737,34
			Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.647.287.010,36	5.338.877.726,49
			Premiações	1.243.568,70	1.160.551,91
			Incentivos	606.974,28	255.366,10
			VPD de Constituição de Provisões	981.514.437,63	5.007.995.939,72
			Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	663.922.029,75	329.465.868,76
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO				1.251.857.330,34	1.668.616.470,11

Preliminarmente, cumpre destacar que a classificação das variações patrimoniais, com enfoque orçamentário, ou seja, segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/64, contempla três grupos distintos, cujo grau de detalhamento de ser compatível com a estrutura do Plano de Contas:

Variações orçamentárias: São aquelas decorrentes da execução da receita e despesa orçamentária, devendo integrar o resultado apenas as efetivas;

Mutações patrimoniais: São aquelas decorrentes da execução da receita e despesa orçamentária não efetivas, ou seja, produzem apenas variações qualitativas;

Variações independentes da execução orçamentária: São os fenômenos que alteram o resultado do exercício sem decorrer da execução da receita e despesa orçamentária.

Desta forma, conforme a nova estrutura do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, combinada com as Normas brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciou um superávit de R\$1.251.857.330,34 (trezentos e dezoito milhões, duzentos e vinte e sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e setenta e quatro centavos) no resultado patrimonial do exercício, pelo do confronto entre as variações ativas que perfazem o montante de R\$15.815.843.264,94 e as variações passivas de R\$14.563.985.934,60. O resultado patrimonial apurado de R\$1.251.857.330,34 coincide com o valor registrado como ajustes de exercícios anteriores, no Balanço Patrimonial.

**DEMONSTRATIVO DE
FLUXO DE CAIXA**
EXERCÍCIO DE 2015

Além dos demonstrativos exigidos pela Lei nº4.320/64 e de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, especialmente a Resolução a Resolução CFC nº1.133/2008, que aprova a NBC T nº 16.6 – Demonstrações Contábeis, deve ser elaborada, ao final do exercício, a Demonstração dos Fluxos de Caixa. Obedecendo a respectiva norma e os demais preceitos contábeis, abaixo, encontra-se o respectivo demonstrativo, o qual evidencia as movimentações financeiras ocorridas no caixa e equivalentes de caixa.

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSO	11.371.633.385,61	11.925.108.963,94
Receitas derivadas e originárias	3.280.563.412,18	3.948.914.043,75
Transferências correntes recebidas	7.784.367.217,02	7.699.634.249,86
Outros ingressos operacionais	306.702.756,41	276.560.670,33
DESEMBOLSO	10.604.665.390,73	11.216.947.899,65
Pessoal e demais despesas	5.280.301.194,94	4.934.979.024,66
Juros e encargos da dívida	43.903.396,22	87.822.072,20
Transferências concedidas	5.280.460.799,57	6.194.146.802,79
Outros desembolsos operacionais	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQ. DAS ATIV. OPERACIONAIS (I)	766.967.994,88	708.161.064,29

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0,00	373.156,07
Alienação de Bens	0,00	369.435,28
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Conced	0,00	3.720,79

	Exercício Atual	Exercício Anterior
QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	2.275.838.373,47	3.027.361.112,85
Receita de Contribuições	506.740.571,69	495.959.874,07
Receita Patrimonial	187.130.334,46	162.650.235,83
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	201.405.115,76	192.233.486,51
Remuneração das Disponibilidades	109.449.016,80	70.709.334,49
Outras Receitas Derivadas e Originárias	0,00	0,00
Total das Receitas Derivadas e Originárias	3.280.563.412,18	3.948.914.043,75

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais da União	2.076.265.663,40	2.663.803.148,86

Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00
DESEMBOLSO	379.148.457,85	485.085.645,99
Aquisição de Ativo não Circulante	379.148.457,85	485.085.645,99
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQ. DAS ATIV. DE INVESTIMENTO (II)	-379.148.457,85	-484.712.489,92

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

INGRESSOS	55.460.206,21	124.759.803,02
Operações de Créditos	32.855.036,76	124.759.803,02
Integralização do capital social de empresas depen	0,00	0,00
Transferências de capital recebidas	22.605.169,45	0,00
Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00
DESEMBOLSO	115.684.538,29	139.592.448,66
Amortização/Refinanciamento da Dívida	115.684.538,29	139.592.448,66
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQ. DAS ATIV. DE FINANC. (III)	-60.224.332,08	-14.832.645,64

GERAÇÃO LÍQ. DE CAIXA E EQ. DE CAIXA (I+II+III)	327.595.204,95	208.615.928,73
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	911.103.335,70	933.678.605,94
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.238.698.540,65	1.142.294.534,67

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

LEGISLATIVA	274.676.856,48	272.801.745,83
JUDICIARIA	638.799.816,77	674.193.430,51
ESSENCIAL A JUSTICA	252.726.318,56	228.501.921,22
ADMINISTRACAO	637.118.771,42	610.368.284,55

de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	308.841,60
Outras transferências recebidas	5.009.318.081,60	5.023.094.598,97
Transferências Multigovernamentais	690.681.838,09	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	12.426.085,43
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	1.575,00
Transferências de Convênios	8.101.633,93	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00

Total das Transferências Recebidas	7.784.367.217,02	7.699.634.249,86
---	-------------------------	-------------------------

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS

Intergovernamentais		
a União	87.901.627,15	59.853.833,89
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	25.790,39	955.097.142,69
Outras transferências Concedidas	5.192.533.382,03	5.179.195.826,21

Total das Transferências Concedidas	5.280.460.799,57	6.194.146.802,79
--	-------------------------	-------------------------

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA

Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	43.733.463,41	87.268.242,76
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	169.932,81	553.829,44
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	43.903.396,22	87.822.072,20

SEGURANCA PUBLICA	947.274.212,50	887.410.967,27
ASSISTENCIA SOCIAL	8.657.841,46	4.600.923,86
PREVIDENCIA SOCIAL	382.263.085,03	334.175.692,18
SAUDE	870.770.899,30	820.311.071,03
TRABALHO	16.579,13	794.207,37
EDUCACAO	1.018.494.406,43	884.144.423,85
CULTURA	901.887,56	2.848.046,78
URBANISMO	0,00	42.924,75
HABITACAO	228.925,94	96.285,00
GESTAO AMBIENTAL	6.482.806,06	9.208.220,13
CIENCIA E TECNOLOGIA	1.839.224,07	2.456.006,39
AGRICULTURA	166.898.802,17	144.147.318,07
ORGANIZACAO AGRARIA	86.135,00	2.326.692,77
INDUSTRIA	50.570,30	381.885,00
COMERCIO E SERVICOS	1.334.476,88	893.569,59
TRANSPORTE	31.118.672,90	43.413.693,20
DESPORTO E LAZER	2.863.285,27	3.035.580,66
ENCARGOS ESPECIAIS	37.697.621,71	8.826.134,65
Total dos Des. de Pessoal e Demais Despesas por Função	5.280.301.194,94	4.934.979.024,66

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2015

A Dívida Flutuante, Anexo 17 da Lei nº 4.320/64, conforme quadro abaixo, compreende as obrigações decorrentes de restituições, depósitos, serviço da dívida a pagar, Restos a Pagar e outras dívidas de curto prazo, bem como as operações de créditos por antecipação da receita. Sob o enfoque orçamentário, equivale a passivo financeiro do Balanço Patrimonial e congrega os compromissos cujo pagamento não dependa de autorização orçamentária, conforme dita o art. 92 da Lei nº 4.320/64.

Títulos	Saldo do Exercício Anterior R\$ (a)	Inscrição R\$ (b)	Pagamento/Cancelamento R\$ (c)	Reclassificação R\$ (d)	Saldo para o Exercício Seguinte R\$ e=(a+b-c+d)
Restos a Pagar					
Restos a Pagar Processados do Exercício	189.521.855,86	191.915.913,12	166.580.659,71	-22.941.196,15	191.915.913,12
Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores	30.304.371,57	-	13.315.190,46	22.941.196,15	39.930.377,26
Restos a Pagar Não Processados do Exercício	351.312.040,36	507.910.335,16	236.227.965,51	-115.084.074,85	507.910.335,16
Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores	52.766.366,06	-	28.088.377,92	115.084.074,85	139.762.062,99
Subtotal>>>	623.904.633,85	699.826.248,28	444.212.193,00	-	879.518.688,53
Títulos	Saldo do Exercício Anterior R\$ (a)	Retenções R\$ (b)	Recolhimento R\$ (c)	Reclassificação R\$ (d)	Saldo para o Exercício Seguinte R\$ (e) = (a + b - c + d)
Valores Restituíveis					
Valores restituíveis Consolidação	65.087.660,07	631.210.131,86	625.347.403,92	-	70.950.388,01
Valores restituíveis Intra OFSS	7.647.859,09	258.778.396,06	258.266.793,25	-	8.159.461,90
Valores restituíveis Inter OFSS - União	47.384.615,55	271.357.062,47	282.867.291,94	-	35.874.386,08
Valores restituíveis Inter OFSS - Estados	-	-	-	-	-
Valores restituíveis Inter - OFSS - Municípios	1.134.118,10	12.317.602,79	12.124.923,47	-	1.326.797,42
Subtotal>>>	121.254.252,81	1.173.663.193,18	1.178.606.412,58	-	116.311.033,41
Total Geral>>>>	745.158.886,66	1.873.489.441,46	1.622.818.606,18	-	995.829.721,94

O Saldo para o Exercício Seguinte referente aos *Restos a Pagar*, conforme quadro acima, de R\$ 879.518.688,53, deduzidos dos *Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores* de R\$139.762.062,99 e R\$495.269.653,75 dos *Restos a Pagar Não Processados Inscritos no Exercício*, concilia com o valor do *Passivo Circulante* do Balanço Patrimonial.

Ademais, o montante referente a *Valores Restituíveis* de R\$ 116.311.033,41 concilia com o valor do *Passivo Circulante* do Balanço Patrimonial.

Insta registrar que os *Restos a Pagar Não Processados* não figuram no passivo circulante enquanto não houver a devida liquidação, pois ainda não possuem caráter financeiro, conforme ditam as Normas Brasileiras de Contabilidade Pública, no que tange os atributos, no entanto, compõem o *Passivo Financeiro* para efeito do cálculo do superávit/déficit financeiro, conforme dispõe a Lei nº 4.320/64.



2015

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



1 Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar Federal nº 101/00 e, atendendo à Lei Orçamentária Anual, Lei Estadual nº 3.497/2014.

Diante das limitações existentes, buscou-se apresentar as demonstrações contábeis de forma a atender à Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 6ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014 e Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014, válido a partir do exercício de 2015.

Outra preocupação foi o cumprimento da Portaria nº 828/2011, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda, que estabelece os prazos para a convergência da Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*IPSAS – International Public Sector Accounting Standards*).

Esta Portaria foi alterada pela Portaria STN nº 753, de 21/12/2012, a qual estabelece o ano de 2014 como prazo limite para adequação ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e, também, determina que devem ser adotados procedimentos contábeis patrimoniais, que abrangem:

I - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;

II - reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência;

III - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis;

IV - registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão;

V - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura e

VI - Implementação do sistema de custos.

Dessa forma, os trabalhos desenvolvidos pela Superintendência de Contabilidade resultaram na implementação, em janeiro de 2013, do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, atendendo de forma antecipada ao prazo estipulado pela Portaria STN nº 828/11.

Cumprir destacar que o SIAFEM já se encontra preparado para os lançamentos que visam atender os incisos de I a V, ou seja, de créditos, obrigações e provisões por competência, bens, fenômenos econômicos e ativos de infraestrutura, com eventos e contas contábeis próprias.

Estima-se, ainda, que o trabalho conjunto com do Estado com o TCE-RO, para aquisição e customização de Sistema Integrado (*E-cidades*), com módulo de gestão patrimonial, para

avaliação, registro e evidenciação da depreciação, amortização e exaustão conceda ao Estado uma ferramenta completa para viabilizar maior controle dos bens e seus fenômenos econômicos.

Ademais, os procedimentos de reavaliação e de redução ao valor recuperável de bens adquiridos e postos em operação, bem como os relativos à depreciação, à amortização ou à exaustão foram regulamentados pelo Manual de Procedimentos Contábeis Especiais – Parte I e II, aprovado pela Portaria nº. 208/GAB/SEFIN/2014 - DOE 2509 de 30/07/2014. Tal manual foi elaborado no âmbito do GTCON, que reúne membros dos diversos órgãos da administração pública estadual. O mesmo está disponível nos sítios *www.transparencia.ro.gov.br* e *www.contabilidade.ro.gov.br*.

As partes referentes a ativos de infraestrutura e sistemática de custos encontra-se em processo de validação, com publicação estimada para o exercício de 2016.

Ressalte-se que as demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente e, os seus totais poderão, eventualmente, divergir do somatório das partes em função dos arredondamentos.

As demonstrações contábeis consolidadas contidas neste Relatório Técnico foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estado e Municípios – SIAFEM e incluem, além dos órgãos e entidades do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas Notas Explicativas são informados os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

2 Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

c) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados

obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

d) Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade e são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

e) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

Os procedimentos de reavaliação e de redução ao valor recuperável de bens adquiridos e postos em operação foram regulamentados pelo Manual de Procedimentos Contábeis Especiais – Parte II, disponível no sítio www.transparencia.ro.gov.br (aprovado pela Portaria nº. 208/GAB/SEFIN/2014 - DOE 2509 de 30/07/2014) e o SIAFEM já se encontra preparado para os lançamentos.

f) Depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos de depreciação, amortização ou exaustão de bens adquiridos e postos em operação foram regulamentados pelo Manual de Procedimentos Contábeis Especiais – Parte II, disponível no sítio www.transparencia.ro.gov.br (aprovado pela Portaria nº. 208/GAB/SEFIN/2014 - DOE 2509 de 30/07/2014) e o SIAFEM já se encontra preparado para os lançamentos.

g) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes.

h) Receita Líquida Disponível – RLD

O conceito da RLD é ditado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e serve de base de cálculo para a definição dos valores a serem repassados pelo Poder Executivo aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas.

A RLD consiste no total das Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes de taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades; de receitas patrimoniais; indenizações e restituições do Tesouro do Estado; de Transferências Voluntárias ou Doações recebidas; da compensação previdenciária entre o regime geral e regime próprio de previdência dos servidores; da Cota-Parte do Salário Educação; da Cota-Parte da CIDE; da Cota-Parte Recursos Hídricos; e dos recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério – FUNDEB.

i) Receita Corrente Líquida – RCL

O conceito de Receita Corrente Líquida - RCL foi estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 2º, inciso IV, como sendo o total das receitas correntes deduzidos os repasses constitucionais e legais aos municípios, o repasse ao FUNDEB e as receitas de contribuições dos servidores estaduais ao RPPS.

Esse conceito foi instituído para servir de parâmetro para o cálculo da reserva de contingência e para apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida pública, das garantias e contragarantias e das operações de crédito.

A metodologia apresentada da Receita Corrente Líquida segue os parâmetros estabelecidos pela STN. Entretanto, em nota, a Superintendência de Contabilidade informa a Receita Corrente Líquida apurada em conformidade com a Instrução Normativa nº 002/2013/SUPER/SEFIN-RO, uma vez que as transferências a regularizar afetam diversos cálculos dependentes da RCL. Está disponível no sítio www.transparencia.ro.gov.br

j) Receita Líquida Real – RLR

A Lei Federal nº 9.496/97 proporcionou a renegociação das dívidas dos entes da Federação e estabeleceu o conceito de Receita Líquida Real – RLR, demonstrativo elaborado com base nas Receitas do Tesouro arrecadadas que serve como base de cálculo para o pagamento da Dívida Pública renegociada (intraímite).

k) Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais - RLI

Conceito de receita que serve de base para a verificação do cumprimento dos valores mínimos previstos na Constituição Federal para aplicação de recursos nas áreas de Saúde e Educação. Integram a RLI os impostos arrecadados pelo Estado (ICMS, IPVA, ITCMD e IRRF) e as transferências constitucionais e legais recebidas da União (FPE, Cota-parte IPI Exportação e ICMS desoneração e Cota-parte IOF ouro), deduzidos os repasses aos municípios e as restituições aos contribuintes.

3 Precatórios

Os precatórios são as requisições de pagamento emitidos pelo Poder Judiciário determinando a importância em que a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, é a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu a determinada pessoa física ou jurídica o direito Constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela.

O pagamento será determinado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles oriundos de verbas de natureza alimentícia e outros casos excepcionais.

Desde a edição da Emenda Constitucional - EC nº 62/2009, o Estado optou por transferir o percentual de 1,5% sobre a Receita Corrente Líquida, nos moldes da referida emenda.

Os precatórios são gerenciados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

A segregação dos precatórios por período anterior e posterior a 05/05/2000 decorre da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, que em seu artigo 1º, §1º, inciso III, determinou que os precatórios judiciais emitidos a partir daquela data e não pagos durante a execução do orçamento no qual foram incluídos fazem parte da dívida pública consolidada, para fins de cumprimento dos limites de endividamento.

4 Transferências para os Municípios

As transferências aos municípios até o exercício de 2014 eram contabilizadas como despesas, ou seja, dependentes da disponibilidade orçamentária, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual publicadas.

Em atendimento à Instrução Normativa nº 001/SUPER/2013, bem como às determinações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a Secretaria de Estado de Finanças procedeu à preparação do SIAFEM para a evidenciação destas transferências como deduções da receita, independente da execução orçamentária, o que já pode ser observado nos demonstrativos de 2015.

5 Provisões Matemáticas Previdenciárias

Os lançamentos referentes às provisões matemáticas previdenciárias foram efetuados com base na avaliação atuarial periódica do plano de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social do Estado elaborada pela Caixa Econômica Federal, contratada para tal fim.

Além de ser uma exigência legal, prevista na Lei nº. 9.717/98 e Portaria MPS nº. 204/08, a avaliação atuarial é essencial para a revisão dos planos de custeio e de benefícios do plano previdenciário, no sentido de manter ou atingir o equilíbrio financeiro e atuarial.

Como prevê a Lei Complementar nº 524, de 28 de setembro de 2009, alterada pela Lei Complementar nº 651, de 17 de fevereiro de 2012, a massa de segurados está segmentada em dois grupos, a saber:

- 1) Fundo Previdenciário Financeiro: pelos servidores admitidos até 31/dez/09 e benefícios gerados por estes, bem como aposentadorias e pensões vigentes à época da publicação da referida Lei Complementar. Suas despesas serão custeadas pelo Regime Financeiro de Repartição Simples; e
- 2) Fundo Previdenciário Capitalizado: formado pelos servidores admitidos a partir de 01/jan/10 e benefícios gerados por estes servidores. Seus benefícios serão tratados sob o Regime Financeiro de Capitalização. A avaliação atuarial foi desenvolvida em quatro etapas:
 - a) análise crítica da base de dados dos servidores ativos, aposentados e dos pensionistas;
 - b) seleção das hipóteses financeiras e atuariais, regimes de financiamento e outros mecanismos de dimensionamento dos compromissos dos planos e a realização do Cálculo Atuarial;
 - c) análise dos resultados e realização de estudos acerca da viabilidade da manutenção dos planos de custeio; e, caso estejam em desequilíbrio, um ou mais planos de custeio serão discutidos e propostos, de forma a promover o equilíbrio de longo prazo do plano, sem desequilibrar as contas no curto e médio prazo; e
 - d) comparação dos resultados das três últimas avaliações atuariais realizadas para os planos previdenciários do RPPS.

O Estado de Rondônia, cientes das projeções atuariais, utilizando-se de uma política de prudência, editou a Lei Complementar n. 783/2014, e, assim, a partir de 2015, está repassando

mensalmente 10% da receita oriunda da compensação financeira pelo resultado da exploração de recursos hídricos para geração de energia elétrica ao Fundo Financeiro do IPERON com a finalidade de suprir possível déficit atuarial futuro.

Até 31 de dezembro de 2015 foi transferido o total de R\$ 5.043.339,9 e registrado na conta contábil 451120200, UG 130011.

Registre-se, por oportuno, que a base de dados atuariais de 2015 é de dezembro de 2014, uma vez que relatório atuarial é entregue pelo atuário (Caixa Econômica Federal) usualmente em novembro do exercício seguinte ao analisado para os respectivos registros contábeis.

Os registros que atualizaram os valores foram efetuados por meio dos seguintes lançamentos contábeis: 2015NL02951 e 2015NL02547 (UG 130011) e 2015NL01054 e 2015NL01051 (UG 130012).

6 Deduções da Receita Corrente

As deduções da Receita Corrente são representadas pelos repasses constitucionais e legais aos municípios, ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização da Educação - FUNDEB.

7 Dívida Ativa

Assim, a movimentação de Dívida Ativa está representada no quadro abaixo.

Inscrições e baixas de Dívida Ativa em 2015 ▼

Fonte: GEINF/CRE/SEFIN-RO

Exercício	Estoque Final Ano Anterior (A)	Inscrito Ano (B)	Baixas Administrativas* (C)	Arrecadado no Ano (D)	Saldo ao Final do Ano (A + B - C - D)
2013	R\$ 4.967.435.007,04	R\$ 716.172.438,98		R\$ 36.730.516,21	R\$ 5.646.876.929,81
2014	R\$ 5.646.876.929,81	R\$ 806.906.296,83	R\$ 4.248.874,12	R\$ 31.483.117,01	R\$ 6.418.051.235,51
2015	R\$ 6.418051.235,51	R\$ 817.545.453,69	R\$ 11.386.513,83	R\$ 36.962.288,12	R\$ 7.187.247.887,25

* * Foi Considerado apenas as baixas feitas pela PGE nos cod. 14 - Lançamento Excluído, cod. 50 - Lançamento Indevido, 09- Baixa Lei 3269/2013, 16- Dívida Ativa Excluída, 31- Baixa por decisão judicial. Valores Atualizados até 31.12.2015.

8 Demonstrativo de Fluxo de Caixa

Tendo em vista a publicação do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014 e Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014, houve alteração das disposições das contas e formas de evidenciação da Demonstração de Fluxo de Caixa, referente ao exercício de 2015, em pleno atendimento ao layout estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional. Destarte, para resguardo da comparabilidade, característica essencial qualitativa da informação contábil, os valores constantes na coluna do exercício anterior (2014) foram ajustados à nova metodologia.

9 Balanço Patrimonial

No início de 2015, a contabilidade estadual incorporou o patrimônio da EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia, pois a mesma passou a operar com empresa pública a partir de 1º de janeiro de 2015, por força das Leis n. 3.138, de 05 de junho de 2013, e 3.308, de 19 de dezembro de 2013.

Conseqüentemente, ao valor do *Patrimônio Líquido do Exercício Anterior* (R\$ 8.278.650.382,60) foi acrescido o montante de R\$ 9.500.586,85 (totalizando R\$ 8.288.150.969,45), demonstrado no Balanço Patrimonial de 2015 na conta *Superávit/Déficit do Exercício Anterior*, conforme quadro abaixo:

Descrição	Valor (R\$)
Saldo de Exercício Anterior do Patrimônio Líquido do Estado	8.278.650.382,60
Resultados Acumulados incorporados da EMATER	+ 9.500.586,85
Saldo Inicial do Exercício de 2015 do Estado	8.288.150.969,45

Ademais, considerando os saldos de *Reservas de Capital* (R\$ 17.437.562,73) e de *Patrimônio Social e Capital Social* (R\$ 6.158,00) da EMATER, estas contas passaram a integrar o Patrimônio Líquido do Estado (R\$ 10.927.984.794,98 ao final de 2015).

10 Balanço Financeiro

O saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 2.449.257.260,56 é composto pelas seguintes contas:

Conta	Valor (R\$)
Caixa e equivalentes de caixa	1.064.302.006,08
Depósitos restituíveis e valores vinculados	44.559.884,00
Investimentos e aplicações temporárias	1.340.395.370,43

11 Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

No exercício de 2015, com vistas a prover maior detalhamento sobre as disponibilidades em confronto às despesas, o *Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar* passou a ser publicado em substituição ao *Relatório Resumo do Saldo Financeiro por Fonte de Recursos*, Anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal Consolidado posição dezembro de 2015.

Os ajustes do final do exercício geraram disponibilidade de caixa bruta negativa para UG 300011 – Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, na fonte 0230, cuja regularização deu-se no exercício de 2016.

12 Balanço Orçamentário

Conforme consignado na Nota Explicativa n. 4, as transferências constitucionais para os municípios, até o exercício de 2014, eram contabilizadas como despesas, ou seja, dependentes da disponibilidade orçamentária, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual publicadas. Entretanto, em cumprimento à Instrução Normativa nº 001/SUPER/2013, bem como às determinações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a Secretaria de Estado de Finanças procedeu à preparação do SIAFEM para tratamento das transferências como dedução da receitas. Destarte, no Balanço Orçamentário de 2015, as referidas transferências deixaram de integrar as despesas, pois, a partir de janeiro de 2015 passaram a ser independentes da execução orçamentária.


13 Metodologia de Cálculo de Despesas com Pessoal

Para efeito de apuração do cumprimento dos limites de Despesa com Pessoal, por expressa determinação legal, os demonstrativos e gráficos constantes neste Relatório obedecem à metodologia estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, descrita em seu Manual de Demonstrativos Fiscais, 6ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014 e Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014, válido a partir do exercício de 2015.

Insta mencionar que os demais Poderes, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado de Rondônia consideram o Parecer nº 56/2002-TCER e Parecer Prévio nº 107/2001-TCER.

14 FUNDEB

Após o fechamento contábil do exercício de 2014, foi detectada diferença a menor no repasse do mínimo constitucional de 20% da receita líquida para aplicação no FUNDEB, a qual foi devidamente regularizada em 2015, conforme Ofícios nº. 154 e 155/GCBT/SEFIN, por meio da Nota de Lançamento nº 2015NL03436, o que gerou reflexo na parcela de repasse para o **FUNDEB** registrada de 2015. Desta forma, o valor contabilizado como transferido para o FUNDEB, referente a 2015, deve ser analisado conforme quadro abaixo.

FUNDEB Fonte: GCBT/ SEFIN-RO		Transferência Contabilizada		Diferença (A-B)	
		Mínimo Constitucional (A)	Referente a 2015 (B)		Referente a 2014 (C)
		937.656.907,21	937.865.399,52		971.611,01
		<hr/>		+ 208.492,31 (+0,02%)	
		938.837.010,53			

Portanto, esclarece-se que, embora a contabilização da parcela de repasse para o **FUNDEB** evidencie o montante de R\$ 938.873.010,53 em 2015, destes R\$ 971.611,01 refere-se a regularização do exercício de 2014, demonstrando, ainda assim, o atendimento às disposições constitucionais, uma vez que transferiu 0,02% a maior que o mínimo estabelecido.



2015 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Para uma melhor análise das demonstrações contábeis, são apresentados a seguir conceitos constantes na literatura que permitirão uma melhor compreensão das Demonstrações Contábeis apresentadas neste Balanço Geral.

Balanço Patrimonial – estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

Ativo – compreende as disponibilidades, os direitos e os bens, tangíveis ou intangíveis adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelo setor público, quer seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerentes à prestação de serviços públicos.

Passivo – compreende as obrigações assumidas pelas entidades do setor público para consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, bem como as provisões.

Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

Contas de Compensação – compreende os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

Ativo Circulante – Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos para fins comerciais; sejam realizáveis dentro dos doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis.

Ativo Não-circulante – Compreende os bens e direitos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Circulante – Compreende as obrigações pendentes ou em circulação exigíveis até o término do exercício seguinte ao da publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Não-circulante – Compreende as obrigações conhecidas e estimadas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Ativo Financeiro – Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Passivo Financeiro – Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Ativo Permanente – Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa, conforme a Lei 4.320/64.

Passivo Permanente – Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, conforme a Lei 4.320/64.

Balanço Orçamentário – evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Balço Financeiro – evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Demonstração das Variações Patrimoniais – evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. As variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

1 Indicadores do Balanço Patrimonial

► Situação financeira

► Liquidez

Indicador: Liquidez Corrente								
Metodologia: Ativo Circulante/Passivo Circulante								
2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015
2,86	-5%	2,72	48%	4,03	26%	5,07	13,02	5,73

O indicador de liquidez corrente demonstra quanto o Estado possui de dinheiro mais bens e direitos realizáveis no próximo exercício financeiro, comparado com suas dívidas a serem pagas no mesmo período.

A Liquidez corrente indica que há R\$ 5,73 para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo. Logo, demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo para pagar suas dívidas circulantes. Portanto, a situação financeira de curto prazo do Estado de Rondônia é satisfatória.

Registre-se que para análise do indicador, quanto maior o valor obtido, melhor é a avaliação.

Indicador: Liquidez Imediata								
Metodologia: Disponível/Passivo Circulante								
2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015
2,19	-4%	2,09	-26%	1,54	0%	1,53	9,80	1,68

A liquidez imediata indica capacidade financeira da entidade em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa e bancos. Porquanto, há R\$ 1,68 de disponibilidade financeira para cada R\$ 1,00 de dívidas para honrar seus compromissos de curto prazo, portanto, a situação do Estado de Rondônia é satisfatória.

► Endividamento

Indicador: Composição do Endividamento								
Metodologia: Passivo Circulante/ Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante								
2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015
0,09	92%	0,17	-38%	0,11	0%	0,11	0	0,11

O indicador de composição do endividamento demonstra o quanto da dívida do Estado é exigível no próximo exercício financeiro e quanto menor o seu valor, melhor é a avaliação.

Conforme se pode observar, apenas 11% da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro.

Indicador: Endividamento Oneroso sobre Ativo Total								
Metodologia: Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo/ Ativo Total								
2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015
0,19	-15%	0,16	33%	0,22	-13%	0,19	-10,53	0,17

Dos resultados acima, depreende-se que apenas 17% do Ativo Total do Estado está comprometido com dívidas onerosas mantidas junto a Instituições Financeiras.

Indicador: Dívida Onerosa Líquida								
Metodologia: Disponível /Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo								
2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015
0,67	17%	0,78	-56%	0,34	1%	0,34	5,88	0,36

Em relação ao caixa e aplicações financeiras, verifica-se que, em 2015, apenas 36% da dívida onerosa encontra correspondência de disponibilidades para fazer face a esta.

2 Indicadores da Execução Orçamentária

Indicador: Execução da Receita								
Metodologia: Receita Executada/Receita Prevista								
2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015
1,1	-12%	0,97	-16%	0,82	22%	0,99	-11	0,88

Este indicador permite avaliar a precisão do orçamento, em relação à receita. Assim, com exceção de 2011, o Estado vem arrecadando abaixo da receita inicialmente prevista nas LOAs.

Entretanto, em relação a 2015, para se obter melhor comparabilidade e compreensão do índice apurado, há que se esclarecer a alteração metodológica no decorrer do ano, descrita na Nota Explicativa n. 4.

Destarte, registra-se que as transferências constitucionais para os municípios passaram a ser tratadas como dedução da receita, independente da execução orçamentária. Assim, para efeito de apuração do índice conforme a metodologia demonstrada dos exercícios anteriores, deve-se somar o montante destas (R\$ 926 milhões) à receitas realizadas no período (R\$ 6,409 bilhões), alinhando-se às disposições da LOA publicada, alcançando-se o resultado de 1,00 do indicador em questão, com variação de 1,22% em relação a 2014, demonstrando maior precisão do orçamento.

Indicador: Equilíbrio Orçamentário								
Metodologia: Despesa Fixada/Receita Prevista								
2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015
1,14	-3%	1,11	-7%	1,03	-3%	1,00	-	1,00

Já este indica o equilíbrio entre a despesa fixada e a receita prevista constante na LOA.

Frise-se que os valores superiores a 1, apurados nos exercícios 2011, 2012 e 2013, corresponde à parcela de créditos adicionais abertos.

Indicador: Execução da Despesa								
Metodologia: Despesa Executada/ Dotação Atualizada								
2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015
0,92	-4%	0,88	-7%	0,81	4%	0,84	1%	0,85

O objetivo do indicador de execução de despesa é avaliar a eficácia do orçamento no tocante a fixação da despesa.

Entretanto, em relação a 2015, para se obter melhor comparabilidade e compreensão do índice apurado, há que se esclarecer a alteração metodológica no decorrer do ano, descrita na Nota Explicativa n. 4.

Destarte, registra-se que as transferências constitucionais para os municípios passaram a ser tratadas como dedução da receita, independente da execução orçamentária. Assim, deixaram de ser tratadas como despesas e, para efeito de apuração do índice conforme a metodologia demonstrada dos exercícios anteriores, deve-se somar o montante realizado destas (R\$ 926 milhões) à despesa executada no período (R\$ 6,222 bilhões), alinhando-se às disposições da LOA publicada, alcançando-se o resultado de 0,98 do indicador em questão, com variação de 17% em relação a 2014.

Indicador: Resultado Orçamentário								
Metodologia: Receita Executada/Despesa Executada								
2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015
1,05	-5%	0,99	-2%	0,97	7%	1,03	0,00	1,03

Este indicador demonstra se no período ocorreu superávit ou déficit orçamentário de execução. Conforme o quadro acima, à exceção de 2012 e 2013, verifica-se superávit orçamentário.

Indicador: Execução Orçamentária Corrente								
Metodologia: Receita Corrente/Despesa Corrente								
2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015
1,2	-8%	1,1	-3%	1,06	7%	1,14	0,88	1,15

Este indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar-se de receita de capital. Quanto maior o seu valor, melhor é a avaliação.

Ressalta-se que os valores superiores a 1, registrados em todos os exercícios analisados, representam a existência de superávit orçamentário corrente.

Indicador: Execução Orçamentária de Capital								
Metodologia: Receita de Capital/Despesa de Capital								
2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015
0,07	26%	0,09	368%	0,42	-68%	0,13	-38,47	0,08

Os resultados apurados no indicador de execução orçamentária de capital, nos quatro exercícios demonstram a existência de déficit orçamentário de capital, indicando que houve utilização de receita corrente para cobertura de despesa de capital.

Ressalte-se que, para a avaliação do indicador, os resultados ideais são iguais ou menores que 1, conforme os apurados.

3 Indicadores do Balanço Financeiro

Indicador: Financeiro Real da Execução Orçamentária								
Metodologia: Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária Paga								
2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015
1,05	5%	0,99	2%	0,97	7%	1,03	13%	1,16

O indicador de Financeiro Real da Execução Orçamentária demonstra se no período ocorreu superávit ou déficit na execução orçamentária e financeira, considerando regime de caixa também as despesas.

Conforme o quadro acima, à exceção de 2012 e 2013, houve superávit orçamentário na execução e movimentação financeira em 2015.

Indicador: Execução Extraorçamentária								
Metodologia: Receita Extraorçamentária/Despesa Extraorçamentária								
2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015
1,01	0%	1,01	8%	1,09	-9%	1,00	7,00	1,07

De igual modo ao indicador anterior, este indicador demonstra se no período ocorreu superávit ou déficit extraorçamentário. Assim, verifica-se que nas quatro apurações, houve superávit extraorçamentário.

Indicador: Resultado dos Saldos Financeiros								
Metodologia: Saldo que Passa para o Exercício Seguinte/ Saldo do Exercício Anterior								
2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015
1,62	29%	1,16	-3%	1,12	-2%	1,10	11,81	1,23

Em relação aos saldos financeiros, verifica-se que, nos quatro exercícios, foi registrado superávit financeiro, representado por valores superiores a 1.

4 Indicador das Variações Patrimoniais

Indicador: Resultado das Variações Patrimoniais								
Metodologia: Total das Variações Ativas/ Total das Variações Passivas								
2011	Δ%	2012	Δ%	2013	Δ%	2014	Δ%	2015
1,1	22%	1,35	-29%	0,95	11%	1,05	3,81	1,09

No cotejo entre variações ativas e passivas, obtém-se o resultado das variações patrimoniais.

Ressalte-se que, à exceção do exercício de 2013, o Estado vem apresentando Superávit Patrimonial.



2015 INDICADORES DE GESTÃO



Superintendência de Contabilidade

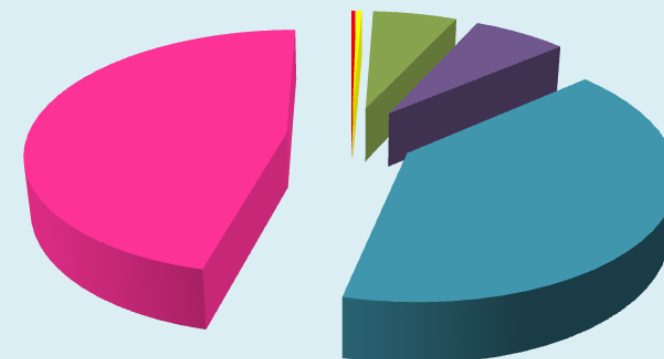
RECEITA BRUTA

Composição da Receita Bruta em R\$	2012	2013	2014	2015
Outras Receitas de Capital	40.038.784,10	29.519.555,45	28.169.063,34	22.605.169,45
Operações de Crédito	13.912.500,00	347.328.094,06	62.379.901,51	32.855.036,76
Patrimonial e de Serviços	335.464.494,13	294.701.145,93	419.704.097,07	497.984.467,02
Contribuições e Outras Receitas Correntes	664.680.526,48	621.848.358,98	547.984.749,25	552.686.003,91
Transferências Correntes	1.801.799.665,71	1.913.040.139,28	3.060.421.602,08	3.214.288.607,37
Tributária	3.032.793.494,65	3.083.087.176,80	3.505.169.123,85	3.701.070.043,32
Receita Bruta	5.888.689.465,07	6.289.524.470,50	7.623.828.537,10	8.021.489.327,83

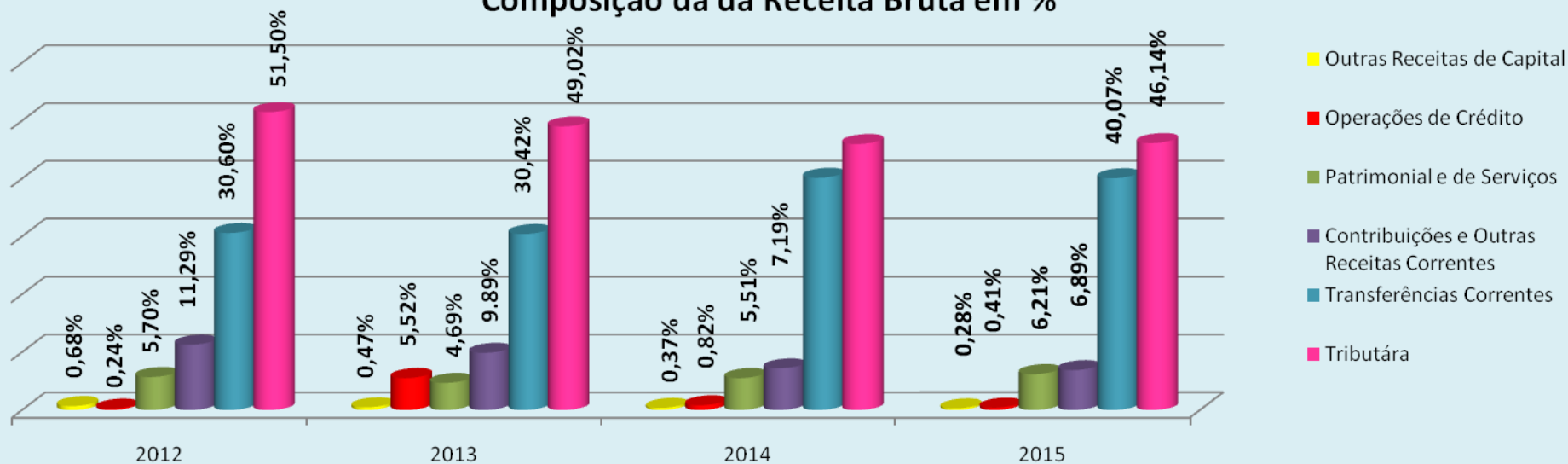
Anexo 10 – da Lei Federal 4.320/64 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

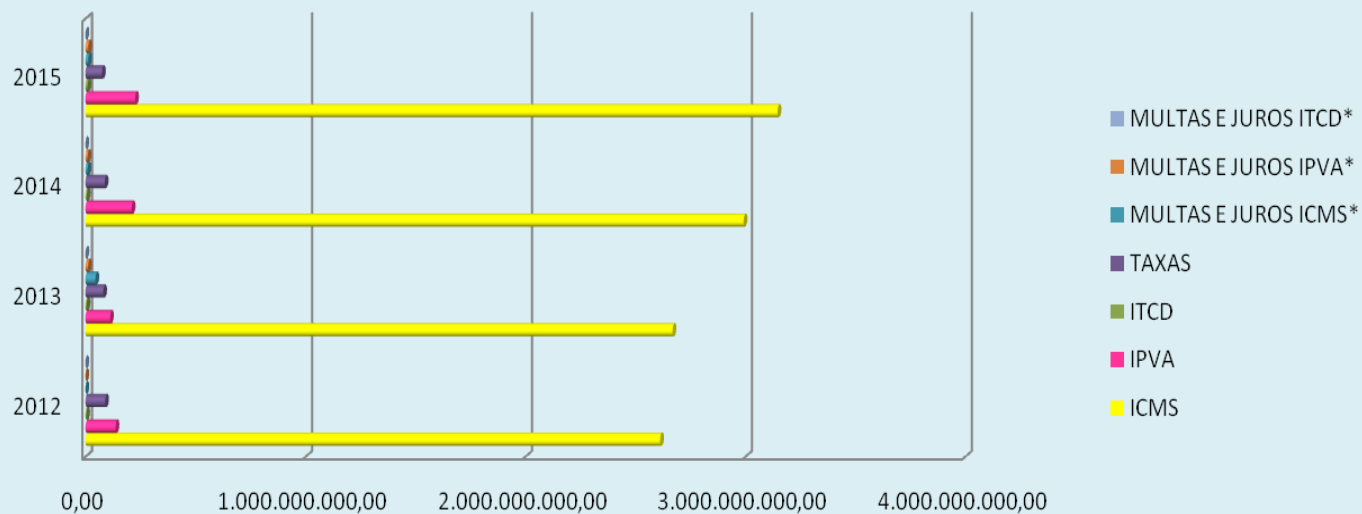


2015



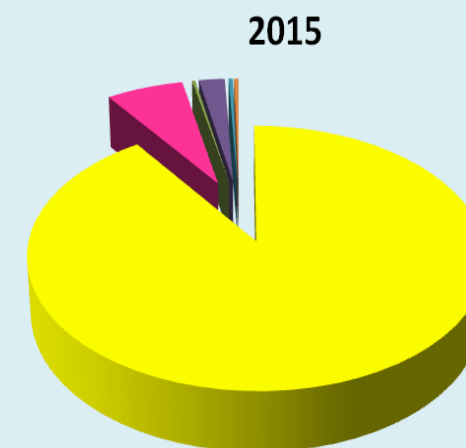
Composição da da Receita Bruta em %





RECEITA TRIBUTÁRIA

Arrecadação de Tributos Estaduais



	2012	2013	2014	2015
ICMS	2.613.123.715,85	2.669.575.277,83	2.992.856.239,91	3.147.280.165,95
IPVA	137.062.742,20	112.300.002,69	210.274.304,14	225.928.840,49
ITCD	4.122.200,06	5.485.193,00	6.607.419,11	9.440.060,91
TAXAS	89.616.467,89	81.032.754,36	87.833.148,40	75.394.424,43
MULTAS E JUROS ICMS*	0	45.458.724,90	9.256.760,34	12.768.015,73
MULTAS E JUROS IPVA*	0	12.320.686,80	9.612.450,90	13.307.203,00
MULTAS E JUROS ITCD*	0	426.814,11	86.834,48	145.634,14
TOTAL	2.843.925.126,00	2.926.599.453,69	3.316.527.157,28	3.484.264.344,65

*Fonte: Anexo 10 – da Lei Federal 4.320/64 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

RECEITA TRIBUTÁRIA

Comportamento da Arrecadação do ICMS

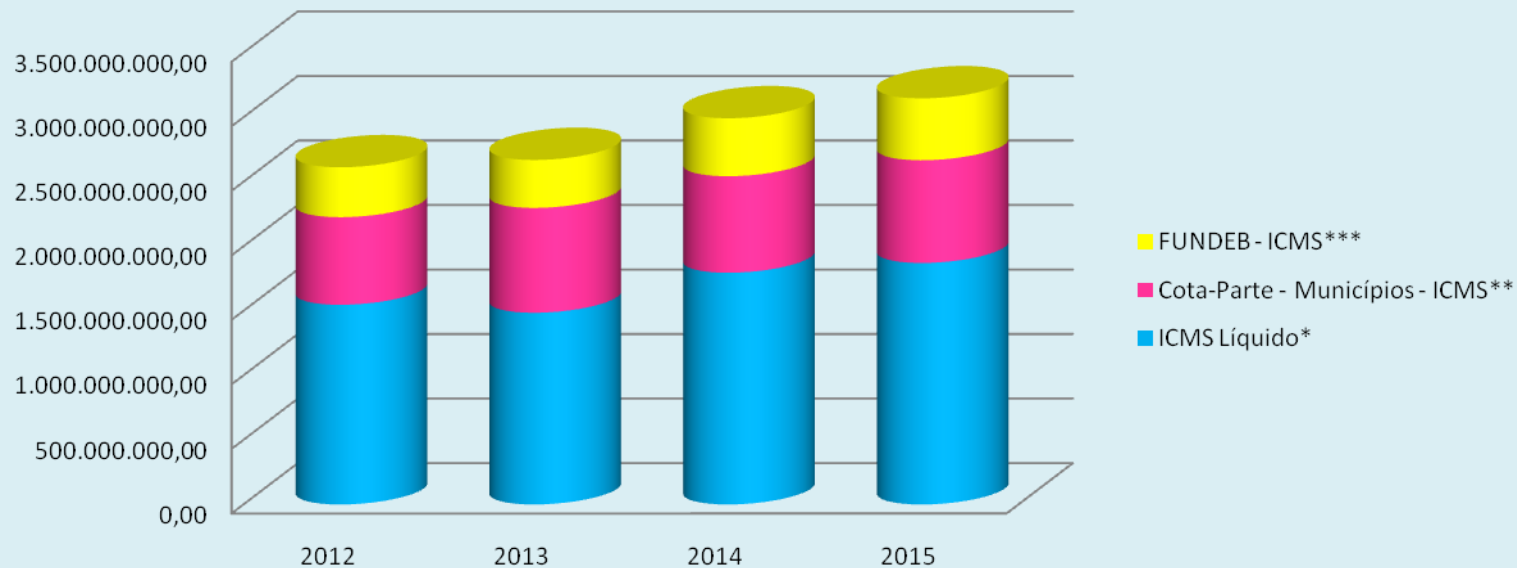
	2012	2013	2014	2015
ICMS Líquido*	1.547.387.123,53	1.485.623.964,48	1.795.713.743,95	1.871.425.862,56
Cota-Parte - Municípios - ICMS**	678.889.811,44	812.545.272,23	748.214.059,98	-796.150.161,63
FUNDEB - ICMS***	386.846.780,88	371.405.991,12	448.928.435,99	-479.704.141,76
ICMS Bruto	2.613.123.715,85	2.669.575.227,83	2.992.856.239,91	3.147.280.165,95

* ICMS Bruto - Cota Município - FUNDEB

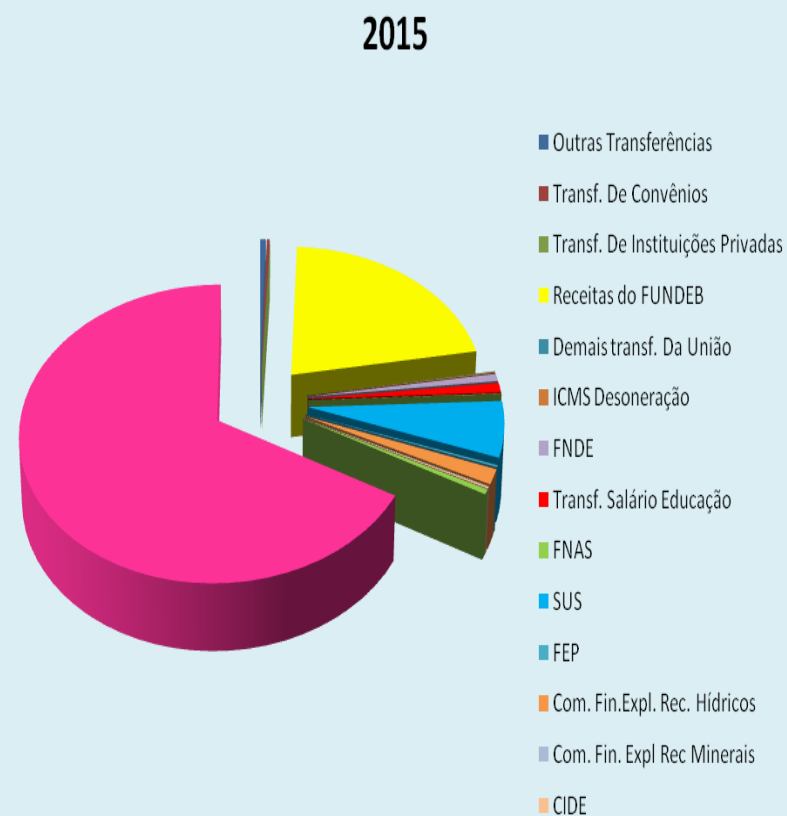
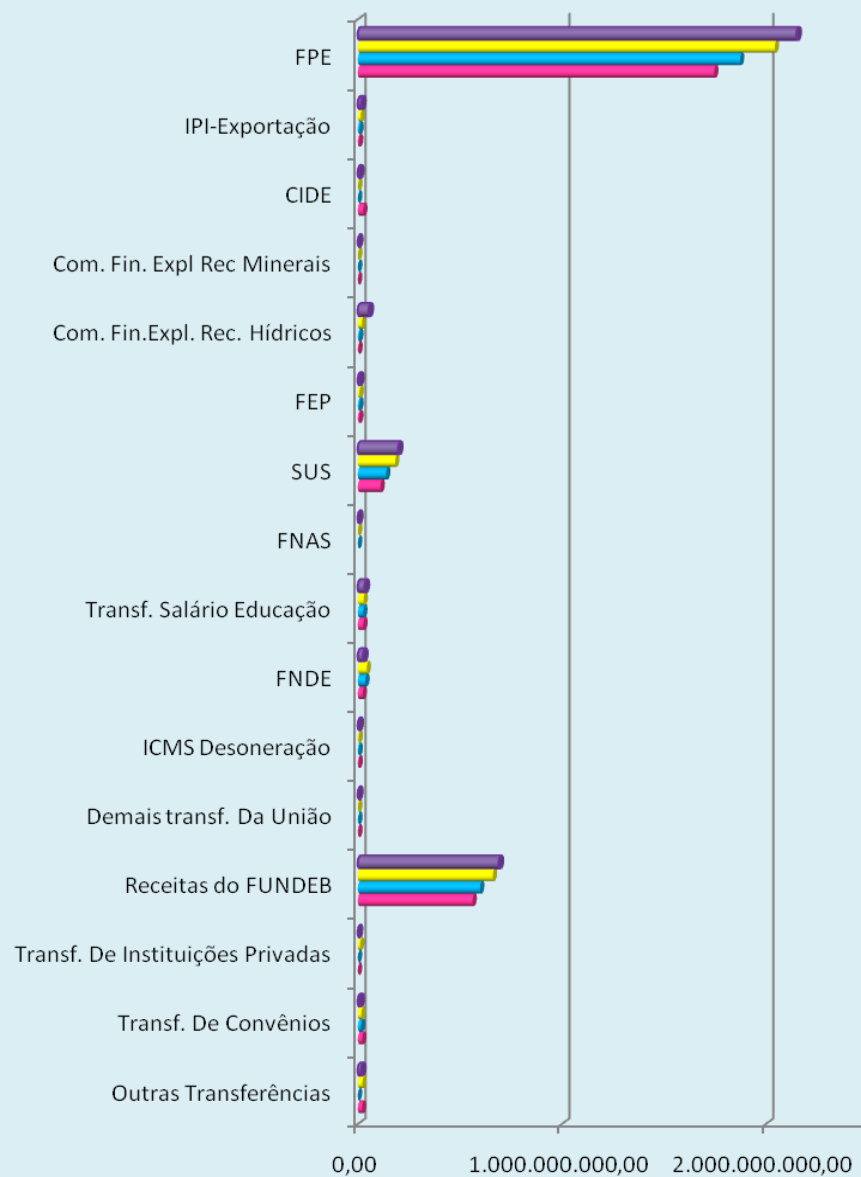
** ICMS Bruto x 25%

*** (ICMS Bruto - Cota Município 25%) x 20%

****Fonte: Balancete da Receita – Dezembro/2015



TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS

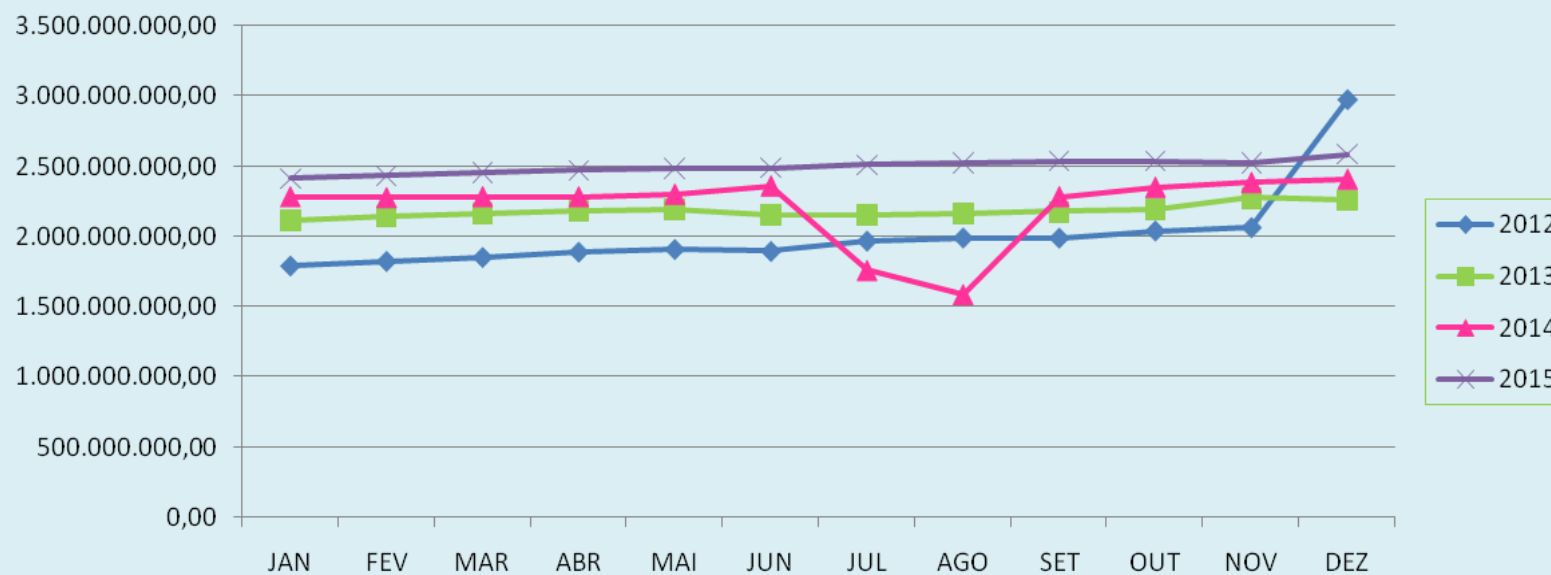


*Fonte: Anexo 10 – da Lei Federal 4.320/64 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada



EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL

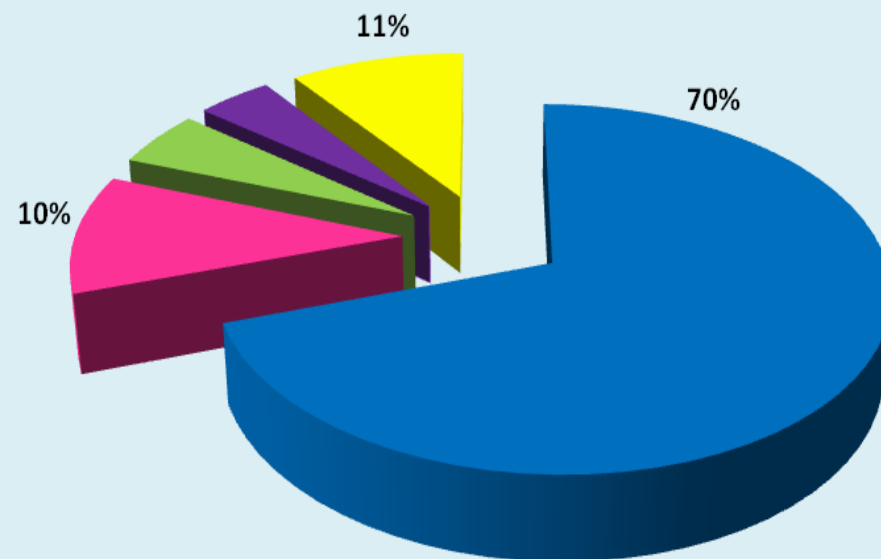
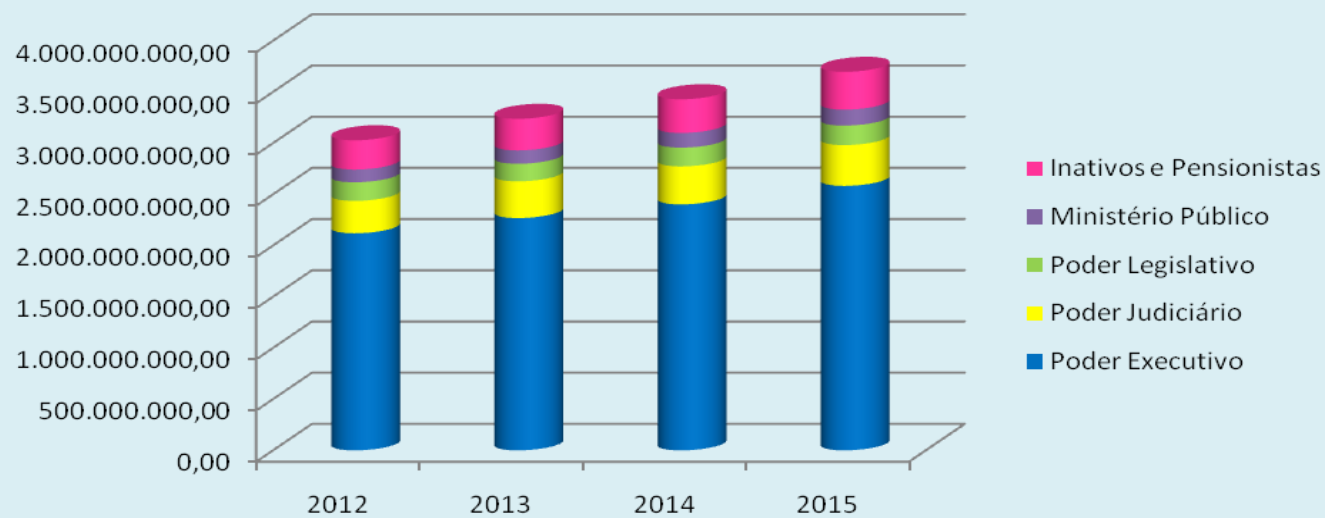
Consolidado



*Fonte: RGF Anexo I – Despesa com Pessoal - mensal

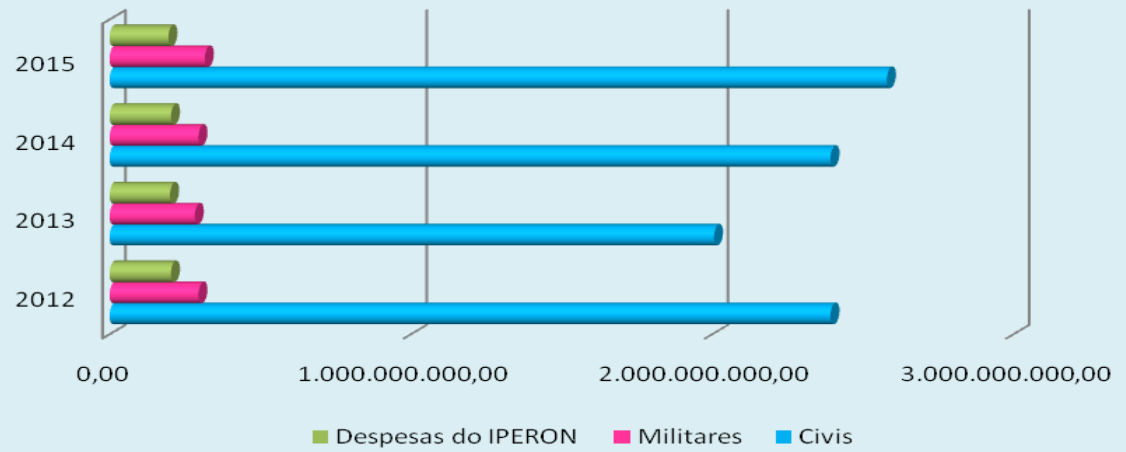
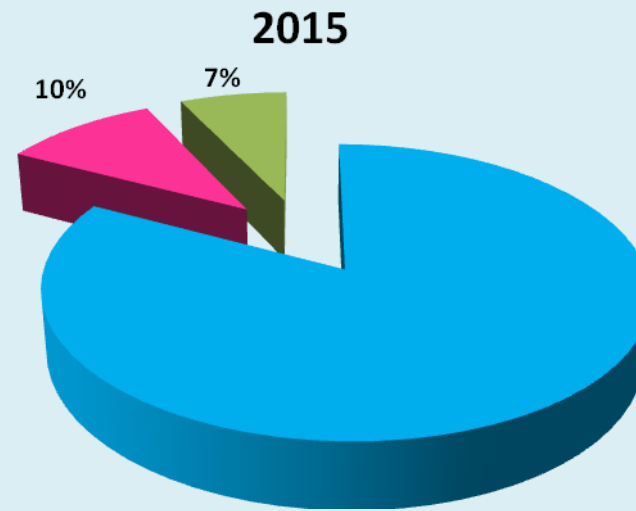
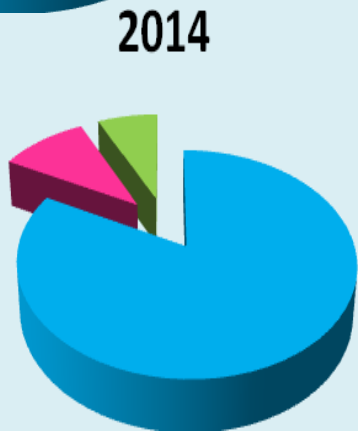
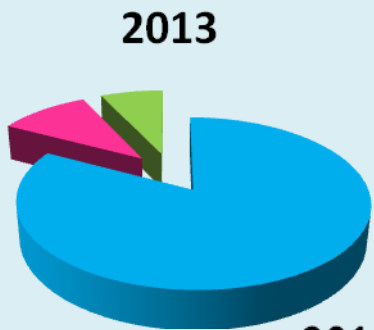
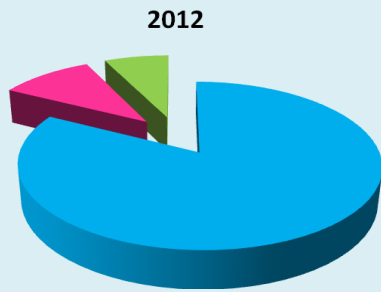
GASTO COM PESSOAL

Sem Encargos - Poderes

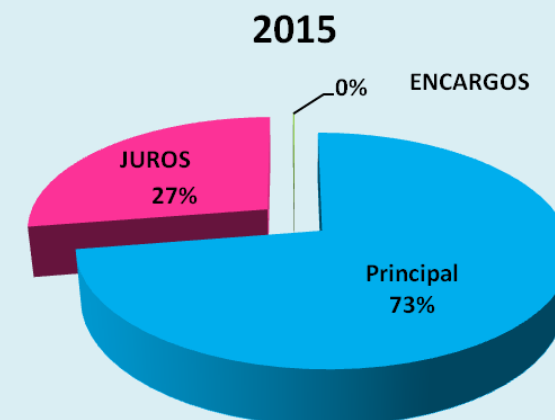
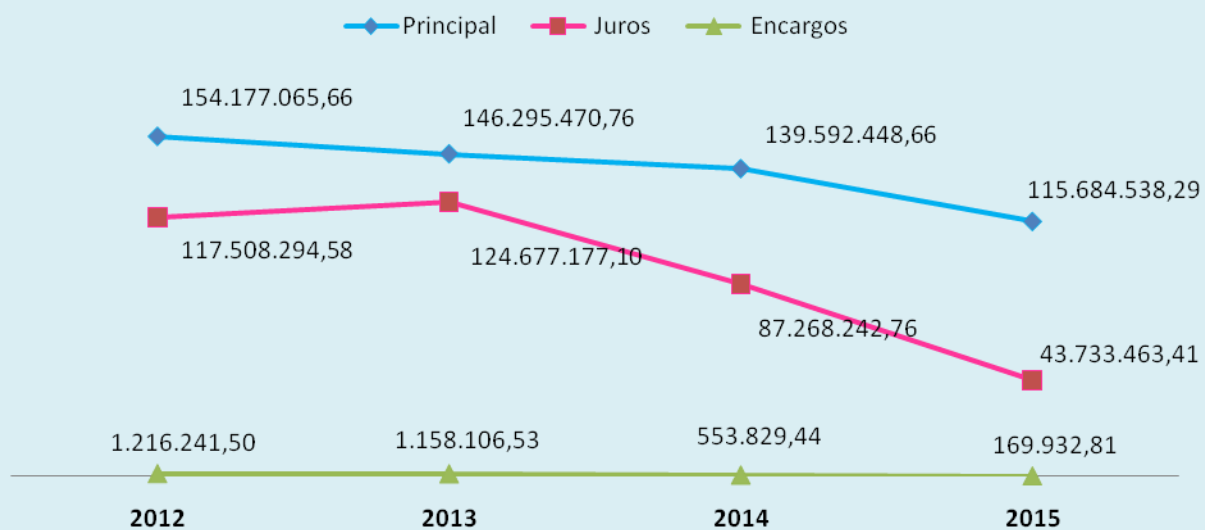


GASTO COM PESSOAL

Servidores Ativos – Poder Executivo

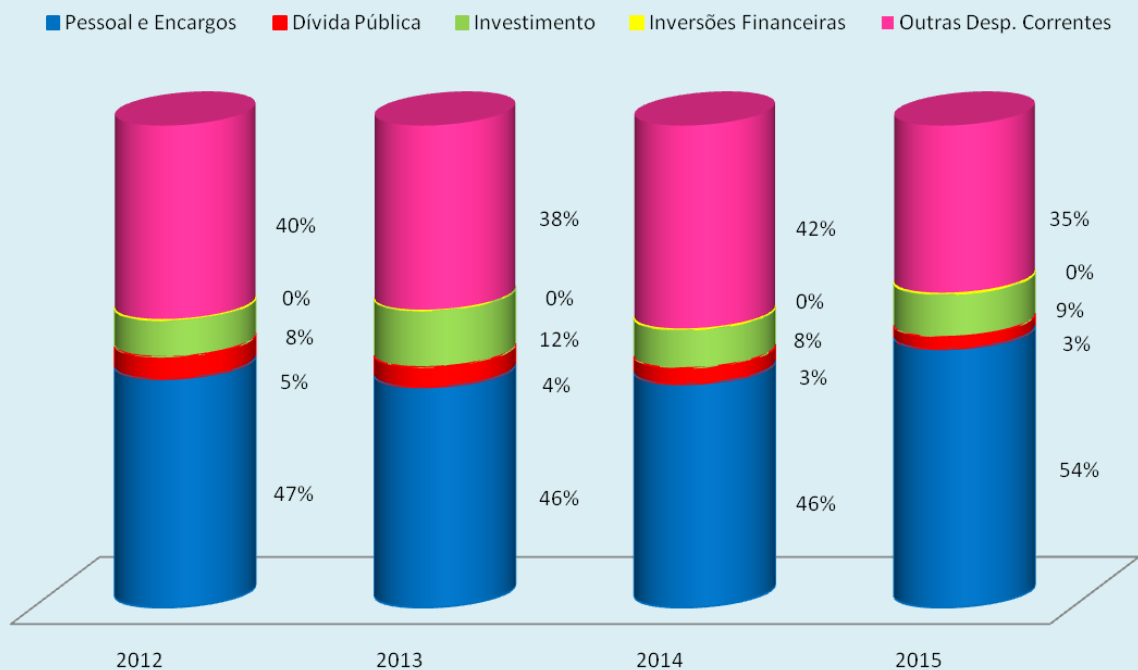


PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA

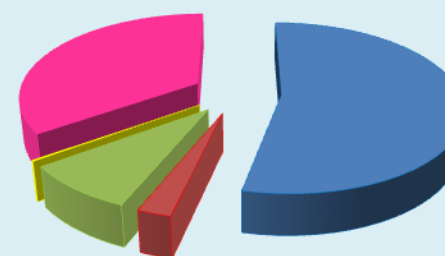


SERVIÇO DA DÍVIDA				
	2012	2013	2014	2015
Principal	154.177.065,66	146.295.470,76	139.592.448,66	115.684.538,29
Juros	117.508.294,58	124.677.177,10	87.268.242,76	43.733.463,41
Encargos	1.216.241,50	1.158.106,53	553.829,44	169.932,81
TOTAL	272.901.601,74	272.130.754,39	227.414.520,86	159.587.934,51

DESPESA POR GRUPO DE NATUREZA *Consolidado Geral*



2015



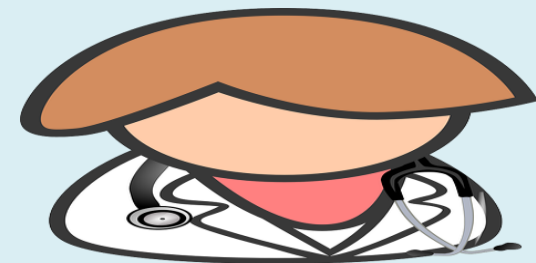
Grupo de Natureza	2012	2013	2014	2015
Pessoal e Encargos	2.808.473.637,69	2.961.959.019,32	3.116.787.177,91	3.336.201.392,45
Dívida Pública	273.297.345,80	272.623.791,77	227.414.520,86	159.587.934,51
Investimento	448.016.379,36	759.275.626,08	533.609.949,53	547.273.053,26
Inversões Financeiras	5.000.000,00	-	6.506.718,70	11.080.000,00
Outras Desp. Correntes	2.385.852.950,21	2.485.250.354,69	2.842.241.978,46	2.168.021.311,03
Total	5.920.640.313,06	6.479.108.791,86	6.726.560.345,46	6.222.163.691,25

EDUCAÇÃO E SAÚDE

Percentuais de Aplicação



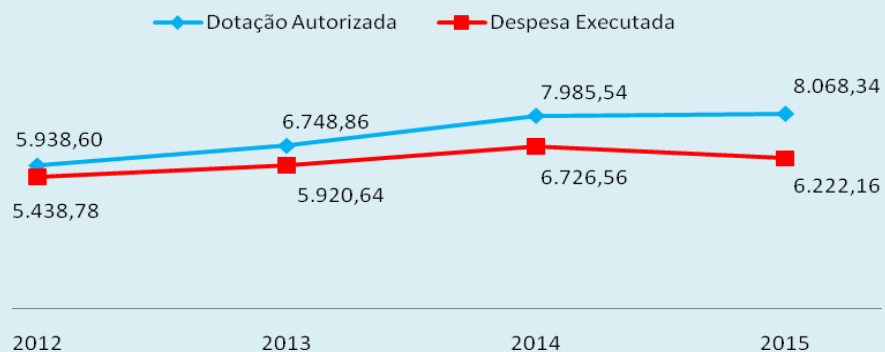
	2012	2013	2014	2015
Educação	26,64%	26,10%	25,35%	25,87%
Saúde	15,33%	16%	13,67%	14,39%



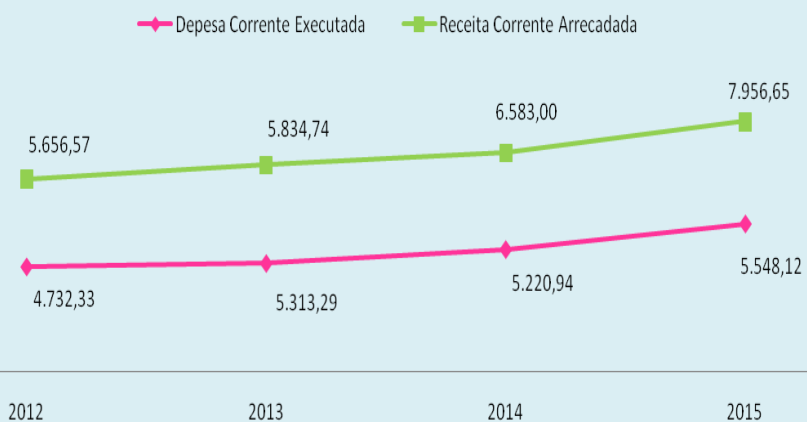
ORÇAMENTO AUTORIZADO

*Receita Realizada
Despesa Executada*

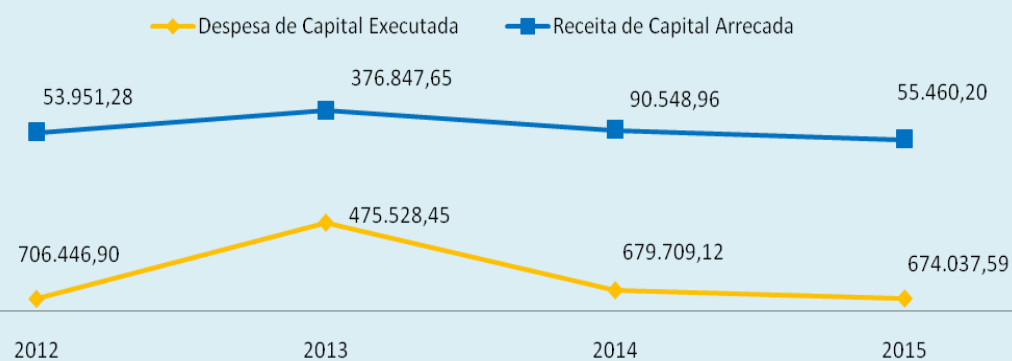
Orçamento Autorizado X Despesa Executada



Receita Corrente Realizada X Despesa Corrente Executada



Receita de Capital Realizada X Despesa de Capital Executada





2015 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Superintendência de Contabilidade

Mensagem do Contador

A apresentação do Balanço Geral do Estado, à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Contas e à sociedade rondoniense buscou cumprir o objetivo primordial de subsidiar o processo de avaliação das contas públicas do Estado de Rondônia, demonstrando os resultados alcançados no exercício de 2015 e propiciar à sociedade instrumentos de controle.

O Balanço Geral agregou as informações de todos os Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual e consolidou as demonstrações contábeis resultantes da execução das ações governamentais referentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o que permite a visão global do resultado do Estado.

As demonstrações contábeis, as notas explicativas e as análises que compuseram o Balanço buscaram reunir informações inerentes à situação econômica e financeira do Estado, de forma clara e objetiva, em conformidade com as normas e princípios que regem a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com a finalidade de fortalecer a interação entre o Governo e a Sociedade, na busca dos melhores resultados possíveis.

A análise do resultado fiscal do exercício evidenciou o cumprimento dos limites mínimos constitucionais de aplicação em educação e saúde, bem como dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para despesas com pessoal, dívida pública, operações de crédito, garantias e contragarantias e inscrição dos restos a pagar, o que reflete uma gestão fiscal responsável e equilibrada.

O Balanço Geral do Estado de 2015 estará disponível no sítio da contabilidade estadual (www.contabilidade.ro.gov.br) e no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual (www.transparencia.ro.gov.br), em comprometimento com a transparência das contas públicas.

Encerra-se, assim, a apresentação do Balanço Geral do Estado de Rondônia de 2015 e, na oportunidade, agradecemos a todos os servidores que colaboraram direta ou indiretamente para que esta importante tarefa fosse concluída com êxito e no prazo estabelecido.

Agradecemos, ainda, ao Excelentíssimo Governador do Estado, Sr. Confúcio Aires Moura, ao Secretário de Estado de Finanças, Sr. Wagner Garcia de Freitas, e seu Adjunto, Franco Maegaki Ono, pela confiança e apoio depositados em nosso trabalho.

Superintendência de Contabilidade



2015 LEGISLAÇÃO BÁSICA



Legislação Básica

► Constituições

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Constituição do Estado de Rondônia, de 28 de setembro de 1989.

► Leis Federais

LEI FEDERAL nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 8.727/93 – Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 9.394/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI FEDERAL nº 9.496/97 – Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 11.494/07 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL nº 101/00 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

► Leis Estaduais

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 697/12 – Altera dispositivos da Lei Complementar n. 224, de 4 de janeiro de 2000, alterada pela Lei Complementar n. 619, de 26 de maio de 2011, cria e extingue Cargos de Direção Superior e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 154/96 – Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 2.623/11 – Aprova o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015 e adota outras providências.

LEI ESTADUAL Nº 3.496/14 - Dispõe sobre a alteração dos Anexos I e II, de que trata o artigo 3º, da Lei n. 2.623, de 4 de novembro de 2011 - Plano Plurianual para o período de 2012- 2015.

LEI ESTADUAL nº 3.395/14 – Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015 e adota outras providências.

LEI ESTADUAL nº 3.497/14 – Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2015.

► Decretos

DECRETO ESTADUAL nº 19.451/2015 – Estabelece o desdobramento das receitas previstas para 2015 em metas mensais e bimestrais de arrecadação e o cronograma de desembolso financeiro anual de cotas mensais e bimestrais de dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo para o exercício de 2015.

DECRETO ESTADUAL nº 18.570/2012 – Institui o Grupo de Trabalho e Procedimentos Contábeis de Rondônia - GTCO/RO, em substituição ao Grupo instituído pelo Decreto n. 16.211/2011 e dá outras providências.

► Portarias

PORTARIA CONJUNTA STN/SOF nº 1/14 – Aprova a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA STN nº 700/14 - Aprova as Partes II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA CONJUNTA MINISTÉRIO DA FAZENDA E MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO nº 02/2012 – Altera a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, e aprova as Partes I - Procedimentos Contábeis Orçamentários e VIII - Demonstrativo de Estatísticas de Finanças Públicas, da 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA nº 01/GPG/SEPLAN-2015– Estabelece o Quadro de Detalhamento de Despesas à nível de elemento de despesa para o exercício financeiro de 2015.

PORTARIA nº 208/GAB/SEFIN-2014 – Aprova as partes I e II do Manual de Procedimentos Contábeis Especiais do Estado de Rondônia – MPCE/RO.

► Resoluções

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 40/02 – Dispõe sobre os limites globais para o montante da Dívida Pública Consolidada e da Dívida Pública Mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 43/02 – Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições autorizadas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.111/07 – Aprova o Apêndice II da Resolução CFC nº. 750/93 sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

► Instruções Normativas

INSTRUÇÃO NORMATIVA n° 13/2004/TCE-RO de 18/11/2004 - Dispõe sobre as informações e documentos a serem encaminhados pelos gestores e demais responsáveis pela Administração Direta e Indireta do Estado e dos Municípios de Rondônia; normatiza outras formas de controles pertinentes à fiscalização orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e contábil exercida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA n° 01/2013/SUPER/SEFIN-RO – Dispõe sobre o registro contábil das parcelas de receitas tributárias destinadas a outros entes.

INSTRUÇÃO NORMATIVA n° 01/2015/SUPER/SEFIN-RO – Dispõe sobre contábil de receitas do Estado de Rondônia;

INSTRUÇÃO NORMATIVA n° 02/2015/SUPER/SEFIN-RO – Institui prazo para fechamento do Sistema SIAFEM e dá outras providências.

INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS - IPC00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade Pública.